

Educação Inclusiva: Do Compromisso à ação de Portugal no seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação

Estágio na Delegação de Portugal junto da UNESCO

Inês Ferreira Caldeira Marques

Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Área de especialização: Relações Internacionais

Setembro de 2023

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações
Internacionais realizado sob a orientação científica de Doutora Patrícia
Cadeiras e Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues.

“Try and leave this world a little better than you found it, and when your turn comes to die, you can die happy in feeling that at any rate, you have not wasted your time but have done your best.”

- Robert Baden-Powell

AGRADECIMENTOS

Um sincero agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues, por todo o exemplo, apoio e disponibilidade ao longo de todo o meu percurso na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Quero igualmente agradecer à Senhora Embaixadora Rosa Batoréu, Doutora Patrícia Cadeiras, Doutora Teresa Salado, Raquel e Senhor Pires, por toda a confiança depositada em mim e pela oportunidade única que foi estes seis meses com a equipa da Delegação.

À minha colega de estágio, Leonor, que foi a minha maior motivação e inspiração. Todos os dias, com um grande sorriso na cara, me fez soltar uma gargalhada e pensar de forma positiva, mesmo em hora de ponta.

Quero agradecer ao João e ao Diogo por serem o meu porto seguro, a minha casa longe de casa. Nos dias menos felizes ouvirem as minhas preocupações, e me relembrarem sempre do meu valor.

À Sarah, Francesca, Joana, Mariah e Mariana por tornarem esta experiência única, por cuidarem de mim e me ensinarem a ser uma melhor pessoa.

Às minhas queridas amigas Francisca, Teresa, Maria, Alícia e Leonor, agradeço do fundo do meu coração a força que me oferecem diariamente para alcançar todos os meus objetivos e ambições.

À minha família emprestada, Marlène e Erwan, e à minha família de sangue, por todo o carinho, motivação, e coragem para enfrentar qualquer desafio.

Por último, quero agradecer às pessoas que sempre me ensinaram que quem acredita sempre alcança, os meus pais. Quem sou hoje e o que virei a ser amanhã, devo-lhes a eles.

Relatório de Estágio na Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO

Inês Ferreira Caldeira Marques

RESUMO

O presente relatório de estágio foi elaborado a partir das atividades desenvolvidas na Delegação de Portugal junto da UNESCO, em Paris, entre outubro de 2022 e abril de 2023, encerrando a componente não-letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Abrange duas componentes distintas, porém ligadas entre si. A componente prática, que se refere à descrição do estágio na Delegação de Portugal junto da UNESCO, tem como principal objetivo a análise da relação histórica a caracterização institucional das instituições. A componente teórica pretende analisar os esforços da UNESCO que contribuem para alcançar uma educação inclusiva, e contribuir para o avanço do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que se centra em garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, como parte da Agenda 2030. Além disso pretende relacionar estes esforços com o compromisso assumido por Portugal durante a Cimeira sobre a Transformação da Educação, com foco na educação inclusiva durante o ensino obrigatório.

PALAVRAS-CHAVE: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, Delegação de Portugal junto da UNESCO, Educação, Transformação, Inclusão.

ABSTRACT

This internship report was elaborated based on the activities undertaken within the Portuguese Delegation to UNESCO, in Paris, between October 2022 and April 2023, concluding the non-lecturing component of the master's degree in political science and international Relations, with specialization in International Relations, at the Faculty of Social Sciences and Humanities of the NOVA University of Lisbon.

It comprises two distinct yet connected components. The practical component refers to the description of the internship at the Portuguese Delegation to UNESCO and its main aim is to analyse the historical relationship and the institutional characterization of the institutions. The theoretical component seeks to examine UNESCO's efforts to achieve inclusive education to contribute to the advancement of Sustainable Development Goal 4, which focuses on ensuring access to inclusive, quality and equitable education and promoting lifelong learning opportunities for all, as part of the 2030 Agenda. It also aims to link these efforts to the commitment made by Portugal during the Summit on the Transformation of Education, with a focus on inclusive education in compulsory education.

KEYWORDS: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, UNESCO, Portuguese Delegation to UNESCO, Education, Transformation, Inclusion.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	8
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: Estágio curricular na Delegação de Portugal junto da UNESCO	5
I.1 Enquadramento Académico e Institucional	5
I.2. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	5
I.2.1. Missão, Visão e Valores	5
I.2.2. Estrutura Organizacional	8
I.2.3. Áreas de especialização da UNESCO	9
Capítulo II. Portugal e a UNESCO	13
II.1. Da fundação da UNESCO à criação da Delegação de Portugal (1946 - 1975)	13
II.2. Portugal como observador.....	14
II.3. A adesão de Portugal.....	15
II.4. Delegação de Portugal junto da UNESCO.....	16
II.4.1. Portugal e as áreas de ação da UNESCO	17
Capítulo III. Atividades realizadas durante o estágio na Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO	20
III.1. Tarefas recorrentes.....	20
III.2. Tarefas específicas	21
III.4. Eventos.....	22
Capítulo IV: A Visão de Transformação da Educação Inclusiva de Portugal.....	23
IV.1. Contexto.....	23
IV.2. UNESCO e a Educação Inclusiva.....	23
IV.2.1. A Iniciativa Futuros da Educação e o Relatório Reimaginar os Nossos Futuros Juntos: Um Novo Contrato Social para a Educação	24
IV.3. A Cimeira sobre a Transformação da Educação (TES).....	26
IV.3.1. A Consulta Nacional e Declaração de Compromisso de Portugal	28
IV.3.2. Seguimento da Cimeira: Dos Compromissos assumidos à Ação transformadora... 31	
IV.4. Portugal e a Educação Inclusiva	32
IV.5. Recomendações	33
CONCLUSÃO	37
BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
LISTA DE FIGURAS.....	49

LISTA DE TABELAS	50
ANEXOS.....	51
Anexo 1 – Discurso do Professor António Sampaio da Nóvoa na Conferência Internacional da celebração do 30º aniversário do Programa de Cátedras UNITWIN / UNESCO.....	51
Anexo 2 - Relatório Final da Conferência Internacional da celebração do 30º aniversário do Programa de Cátedras UNITWIN / UNESCO.	52
Anexo 3 – Relatório do Quadro da UNESCO sobre Cultura e Educação Artística.	62
Anexo 4 - Reunião informativa sobre a décima sexta sessão do Comité Intergovernamental para a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais.....	70
Anexo 5 – Lista de Reuniões e Conferências durante o estágio.....	71
Anexo 6 – Tabela do Arquivo Morto da Delegação de Portugal junto da UNESCO (1982-2017)	74
Anexo 7 – Materiais da projeção do filme "O Ano da Morte de Ricardo Reis" de João Botelho, como parte da comemoração do 100º aniversário do nascimento de José Saramago	79
Anexo 8 – Relatório da Reunião de informação sobre Cooperação mundial para o ODS 4 e o seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação	80

LISTA DE ABREVIATURAS

AspNet – Rede de Escolas Associadas da UNESCO

COI/UNESCO - A Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

HLSC – SDG 4 Education 2030 High Level Steering Committee / Comité de Direção de Alto Nível do ODS4

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODS4 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

ONU – Organização das Nações Unidas

TES – Transforming Education Summit / Cimeira sobre a Transformação da Educação

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), é um elemento central no cenário internacional, para a promoção da paz, diversidade cultural, educação, ciência, inovação e diálogo internacional. Em conjunto com os seus 194 Membros, apresenta uma enorme capacidade na implementação de iniciativas, estratégias e colaborações a nível nacional, regional e global, abordando questões fundamentais que contribuem para o crescimento sustentável das sociedades.

A globalização apresenta novos desafios e ameaças complexas, que representam entraves aos objetivos e missão fundamental da UNESCO, construir a paz. Estas provocações abrangem dimensões económicas, culturais, ambientais, tecnológicas e sociais. Desta forma, existe cada vez mais a necessidade de estabelecer uma partilha de boas práticas e colaborações estratégicas entre os vários setores da sociedade para combater estes desafios e certamente alcançar um futuro mais sustentável para as gerações futuras.

O presente relatório “*Educação Inclusiva: Do Compromisso à ação de Portugal no seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação*”, tem como principal objetivo o estudo das estratégias e iniciativas globais da UNESCO em relação à transformação da Educação. Pretende ainda relacionar as mesmas com o compromisso assumido por Portugal, com foco na educação inclusiva, para responder a estes desafios. Ao associar os contributos da UNESCO com o compromisso nacional, e analisar os esforços que Portugal já estabelece e os maiores desafios na implementação de medidas de transformação, vai ser possível a recomendação de ações a nível nacional, em diferentes dimensões fundamentais.

A Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO foi a instituição escolhida para a realização do estágio curricular, interligando o empenho por adquirir experiência numa agência especializada das Nações Unidas com o interesse nas áreas da promoção da paz, diversidade cultural, educação e desenvolvimento sustentável. A possibilidade de estagiar num dos serviços externos do Ministério de Negócios Estrangeiros e poder compreender o funcionamento de um órgão representante na política externa portuguesa foi sempre um objetivo pessoal.

O estágio fundamentou-se num plano elaborado em conformidade com os conteúdos do mestrado e de acordo com as atividades propostas pela Delegação de Portugal. Pretendeu-se desenvolver um projeto de investigação que ligasse as áreas de interesse e o percurso académico da autora, com a missão da instituição de estágio. Desta forma, este relatório tem como finalidade refletir não só sobre todas as atividades realizadas durante o estágio, como também considerar a relação de Portugal com a UNESCO, com especial atenção para os esforços relativos à transformação da Educação Inclusiva no ensino obrigatório nacional.

Este relatório explicita o enquadramento académico do estágio realizado, e de que forma se insere no âmbito da componente não-letiva para a obtenção do grau de Mestre. Descreve o contexto institucional do serviço externo do Ministério de Negócios Estrangeiros em que se inseriu, mais nomeadamente da Delegação de Portugal junto da UNESCO. Descreve também a caracterização organizacional e o quadro estrutural da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

De modo a navegar o presente relatório, este encontra-se dividido em quatro capítulos. No capítulo I é estabelecido o contexto académico e institucional do estágio, incluindo uma ligação da visão, valores e missão fundamental da UNESCO de fortalecer uma cultura de paz, a erradicação da pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural. Estruturalmente, relacionam-se os três principais órgãos componentes da instituição e enumeram-se as respetivas principais funções e contribuições. Por último examinam-se as áreas de especialização da instituição: Educação, Ciências Naturais, Cultura, Ciências Sociais e Humanas, e Comunicação e Informação, como também as duas prioridades globais estabelecidas em todas as áreas de atividade, África e a Igualdade de Género.

No capítulo II, é recordado o contexto histórico ente a UNESCO e Portugal, analisando a relação entre as duas entidades. Esta observação cronológica decorre entre a fundação oficial da UNESCO, no dia 4 de novembro de 1946, e o estabelecimento da Missão permanente de Portugal junto da UNESCO, a 26 de junho de 1975. Este enquadramento cronológico permite a consideração dos eventos históricos, políticos e sociais que influenciaram a integração de Portugal nesta colossal instituição.

O Capítulo III descreve as atividades realizadas durante o estágio, que consistiu no acompanhamento de vários compromissos e programas relativos aos vários setores de atuação que a UNESCO adota. Desse modo, foram estabelecidas desde o início algumas

das tarefas base para com a Delegação, tais como a elaboração de relatórios e telegramas das reuniões e conferências assistidas e a pesquisa, recolha e tratamento de informação relacionada com projetos e iniciativas da UNESCO.

Um dos maiores projetos realizados foi a criação de uma base de dados relativa ao arquivo morto da Delegação de Portugal, que apresenta o registo histórico do envolvimento nacional com a UNESCO e das suas contribuições para a comunidade internacional. Outro projeto significativo foi o envolvimento na equipa administrativa da primeira edição Mário Ruivo Memorial Lecture, que pretende reconhecer investigadores oceânicos, em início de carreira, que contribuam substancialmente para os objetivos estabelecidos na Agenda 2030. Apresenta-se também o evento realizado pela Delegação como parte da comemoração do 100º aniversário do nascimento de José Saramago, a projeção do filme "*O Ano da Morte de Ricardo Reis*" de João Botelho.

O capítulo IV é dedicado a uma investigação metodológica consequente das atividades relativas ao setor da Educação, acompanhadas pela Delegação de Portugal. Desta forma, a componente científica do relatório tem como finalidade refletir sobre quatro principais questões: Quais os mecanismos e iniciativas implementados pela UNESCO que contribuem para a transformação da educação inclusiva? Qual o compromisso de Portugal relativo à transformação da Educação, com propósito a alcançar os objetivos estabelecidos na Agenda 2030? Quais os principais desafios atualmente enfrentados pela Educação Inclusiva em Portugal? E que mudanças pode Portugal implementar de forma a contribuir para a transformação da Educação Inclusiva no ensino obrigatório a nível nacional?

Numa primeira fase, analisam-se os mecanismos, conferências e iniciativas implementados pela UNESCO no âmbito da Educação, com principal ênfase na iniciativa "*Futuros da Educação*", lançada em 2019, que apresenta como objetivo principal reimaginar a forma como o conhecimento e a aprendizagem podem moldar o futuro da humanidade e do planeta.

Em 2022, a Cimeira sobre a Transformação da Educação veio elevar, urgentemente, a necessidade de tornar a Educação uma prioridade nas agendas dos Estados-Membros. Esta cimeira representa um ânimo coletivo e revitalizante para a apresentação de esforços a nível global, regional e nacional de forma a transformar a Educação com a visão principal de alcançar os objetivos da Agenda 2030. Esta cimeira

estabelece o compromisso fundamental que Portugal apresenta de transformar a Educação.

Numa segunda fase, de forma a dar continuidade à investigação, procede-se uma análise dos mecanismos, legislações e iniciativas implementados a nível nacional que contribuem de forma positiva para a transformação da educação inclusiva no ensino obrigatório.

Por fim, considerando os esforços implementados pela UNESCO, no acompanhamento da declaração de compromisso assumida na Cimeira sobre a Transformação da Educação, e seguindo a Nota de orientação do Comité de Direção de Alto Nível do ODS4 aplicada aos desafios que Portugal atualmente encontra na Educação Inclusiva, vão ser apresentadas algumas recomendações de ação onde Portugal se pode apoiar a nível nacional.

Capítulo I: Estágio curricular na Delegação de Portugal junto da UNESCO

I.1 Enquadramento Académico e Institucional

O presente estágio realizou-se na Delegação de Portugal junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura, em Paris. Foi concretizado no âmbito do Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, durante um período de 6 meses, de 15 de outubro de 2022 a 15 de abril de 2023.

O presente estágio curricular foi realizado no âmbito da componente não-letiva em cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizado sob a orientação científica da Doutora Patrícia Cadeiras e da Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues.

O relatório irá complementar a caracterização da UNESCO e da Delegação Permanente de Portugal junto da mesma, e a natureza dos trabalhos acompanhados assim como as tarefas concretas realizadas ao longo do estágio.

O problema teórico terá como objetivo principal aprofundar a análise dos compromissos assumidos por Portugal em relação à Cimeira sobre a transformação da Educação, que visa alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, como parte da Agenda 2030.

O problema será estruturado a partir dos trabalhos e pesquisa realizados na Delegação de Portugal junto da UNESCO, avaliando as ações e medidas adotadas a nível nacional no âmbito da transformação da educação inclusiva. A importância da educação como pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável será destacada, bem como os desafios e oportunidades para Portugal na sequência dos seus compromissos.

I.2. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

I.2.1. Missão, Visão e Valores

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é atualmente constituída, por 194 Membros e 12 Membros Associados, e conta com mais de 50 escritórios regionais, localizando a sua sede em Paris (UNESCO, 2023).

Germinou na Conferência das Nações Unidas, em Londres, a 16 de novembro de 1945. Considerando o contexto histórico do pós-guerra mundial, a iliteracia era vista como incompatível com a dignidade humana, e por esse motivo havia uma necessidade de criar uma corrente de “*solidariedade intelectual e moral da humanidade*” (UNESCO, 1995, p. 25) de modo a atingir a paz.

De acordo com a Constituição, adotada em 1945, o seu propósito centra-se em “*contribuir para a paz e para a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais*” (UNESCO, 2022, p. 7). Centraliza-se igualmente em promover e defender os direitos humanos, a liberdade de expressão, e a liberdade de imprensa, incentivando a cooperação internacional nas suas áreas de ação.

O Dr. Ahmed Sayyad¹ defende a Constituição da UNESCO, após a Segunda Guerra Mundial, como o melhor documento redigido do sistema das Organizações das Nações Unidas (ONU), devido à sua preocupação com a manutenção da paz. Para atingir esse objetivo, as normas e os meios definidos na Constituição convergem para a solidariedade moral e intelectual da humanidade, bem como para a sua prosperidade comum. Este grande projeto abrange assim toda a humanidade, levando os fundadores da UNESCO a considerar os povos do mundo como os principais atores e destinatários da sua mensagem. Na Constituição não deixaram de mencionar os “*povos*” em todas as suas intervenções: “*Os Governos dos Estados Partes na presente Convenção, em nome dos seus povos, declaram...*” (UNESCO, 2022, p. 5), assim começa o texto da Constituição. Estas referências refletem a especificidade da missão da UNESCO e a sua visão ampla e construtiva (SAYYAD, 2021).

A missão da UNESCO é consolidar uma cultura de paz, a erradicação da pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural. Visa criar condições para o diálogo entre civilizações, culturas e povos, baseado no respeito pelos valores partilhados. É através deste diálogo que o mundo poderá alcançar visões globais de desenvolvimento sustentável que abrangem o cumprimento dos direitos humanos, o respeito mútuo e a redução da pobreza (UNESCO, 2010).

¹ O Dr. Ahmed Sayyad foi antigo Diretor-Geral Adjunto da UNESCO para as Relações Externas e Cooperação, de 1996 a 2011, e Delegado Permanente do Iémen junto da UNESCO.

O conceito *cultura de paz*, teve origem numa ideia manifestada em 1989, durante o Congresso Internacional da UNESCO sobre a Paz na Mente dos Homens, realizado em Yamoussoukro, (SAYYAD, 2021) que convidou as instituições internacionais a "*contribuir para a construção de uma nova visão da paz através do desenvolvimento de uma cultura de paz, baseada nos valores universais do respeito pela vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância dos direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens*" (UNESCO, 1989).

O Dr.Ahmed Sayyad argumenta que apesar da definição desta grande ideia continuar a ser limitada e incompleta, podemos aceitar a definição formulada na 20ª sessão da Conferência Internacional sobre Educação, em Genebra, em outubro de 1994. Considerou a ideia como "*um conjunto de convicções, um código moral e um estado de espírito individual e coletivo, uma forma de ser, de agir e de reagir*" (SAYYAD, 2021, p. 19).

A Agenda 2030 baseia-se numa parceria global para alcançar o desenvolvimento sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sobre a educação, igualdade de género, água, inovação, cidades, clima, oceanos, biodiversidade e paz são de relevância direta para o mandato da UNESCO.



Figura 1 - UNESCO e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável²

² Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368533.locale=en>

Na figura 1 são apresentados estes nove ODS, diretamente ligados aos objetivos sobre a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e as parcerias. A UNESCO alinhou o seu plano estratégico a médio prazo e o programa e orçamento 39 C/5 com a Agenda 2030 e os ODS, desde a sua adoção em 2015. O 39 C/5 (UNESCO, 2018) garante a contribuição coerente para a Agenda 2030, e foi concebido para permitir que a UNESCO apoie os Estados-Membros na implementação dos dezassete ODS.

I.2.2. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da UNESCO pretende assegurar um equilíbrio entre os três órgãos de funcionamento: a Conferência Geral, o Conselho Executivo e o Secretariado. Cada um com funções diferentes, porém complementares.

A Conferência Geral³ é o mais alto órgão decisório da UNESCO (UNESCO, 2023) e é composto por todos os Estados-Membros e membros associados da Organização. Reúne-se em sessão ordinária de dois em dois anos (UNESCO, 2022). Os Estados não membros são também convidados a participar como observadores, bem como as organizações intergovernamentais, as organizações não governamentais e as fundações. A Conferência Geral deve determinar a orientação e a linha geral de ação da UNESCO, adotar o programa e o orçamento da UNESCO para os dois anos seguintes, e eleger os membros do Conselho Executivo e nomear o Diretor-Geral de 4 em 4 anos (UNESCO, 2022, p. 11)

O Conselho Executivo⁴ é composto por 58 Estados-Membros, cada um com um mandato de quatro anos. Reúne-se duas vezes por ano e supervisiona os programas e finanças da organização. Atua sob a autoridade da Conferência Geral é responsável por examinar o programa de trabalho da Organização e as correspondentes estimativas orçamentais que lhe são apresentadas, sendo igualmente responsável pela implementação das políticas estabelecidas pela Conferência Geral (UNESCO, 2022).

³ A Composição, funções e procedimentos da Conferência Geral estão definidos no Artigo IV da Constituição da UNESCO.

⁴ A Composição, funções e procedimentos do Conselho Executivo estão definidos no Artigo V da Constituição da UNESCO.

O Secretariado⁵ é considerado o ramo administrativo, liderado pela Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay, responsável pela execução e gestão dos programas e atividades da organização (UNESCO, 2022).

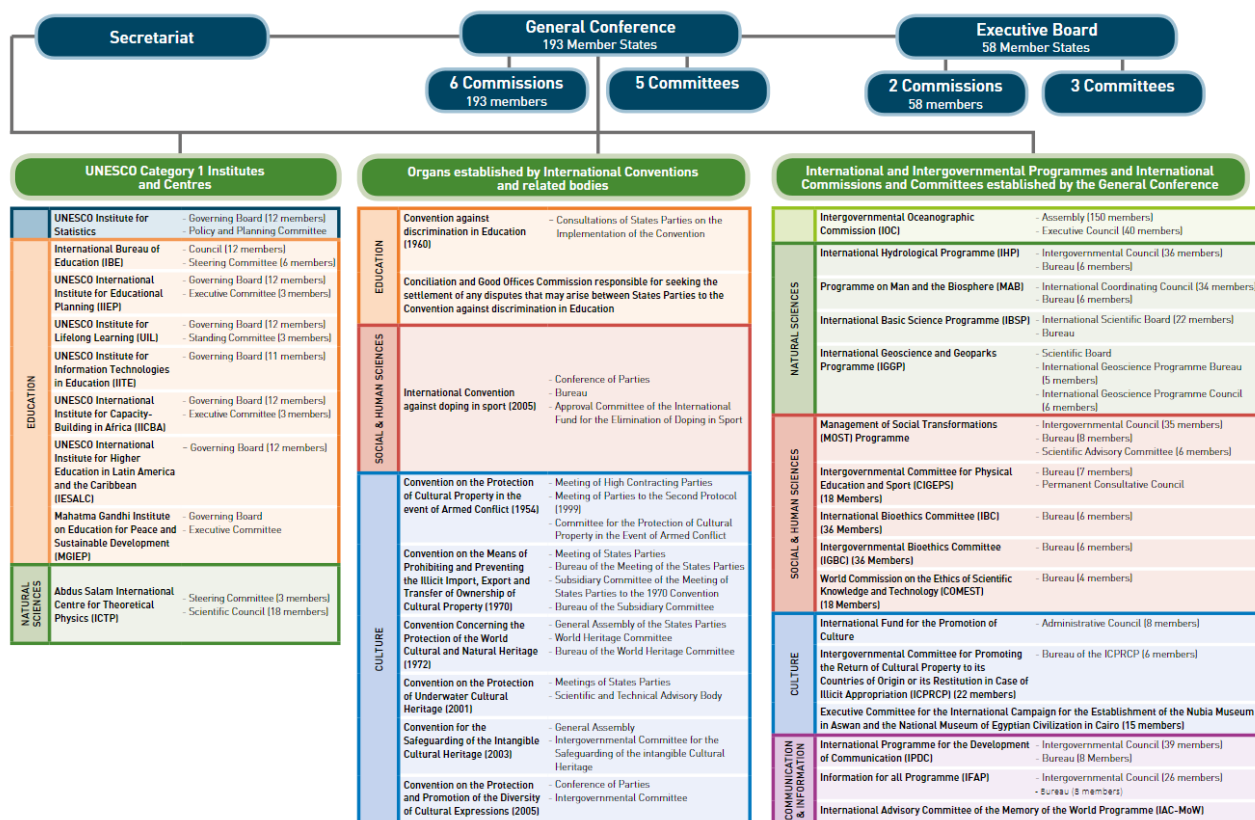


Figura 2 - Organismos internacionais e intergovernamentais da UNESCO⁶

1.2.3. Áreas de especialização da UNESCO

Os programas da UNESCO estão divididos em cinco setores principais: Educação, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Cultura e Comunicação e Informação.

Educação

A Educação apresenta um papel predominante e é considerada como um elemento indispensável para a conquista da paz e da compreensão mútua entre os povos, alcançando a prosperidade comum da humanidade. A declaração adotada pela Conferência Mundial

⁵ A Composição, funções e procedimentos do Secretariado estão definidos no Artigo VI da Constituição da UNESCO.

⁶ Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368533.locale=en>

de Jomtien, de 1990, recorda os objetivos da educação para todos, sublinhando o carácter universal do direito de acesso ao ensino básico, a importância da formação como fator de progresso e a necessidade de mobilizar recursos para satisfazer as necessidades educativas.

A Organização trabalha para implementar, coordenar, financiar e rever a Agenda 2030 da educação, a nível mundial, regional e nacional, através de parcerias, monitorização e investigação, de forma a garantir que todos tenham as mesmas oportunidades educativas (UNESCO, 2023). É relevante mencionar que a segunda parte deste relatório irá focar-se nos dois ofícios fundamentais da UNESCO, repensar e reimaginar a educação para um futuro sustentável, antecipando e respondendo às tendências e necessidades emergentes na educação.

Ciências Naturais

No domínio das Ciências Naturais, a UNESCO apresenta um papel catalisador na criação de organismos e uniões científicas. Tem igualmente um papel fundamental na utilização da ciência para promover a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. De forma a levar a cabo a sua missão científica, a UNESCO, através do seu Sector da Ciência, criou vários programas, cada um com a sua especificidade. Para além disso, existem redes de centros associados especializados em vários domínios, como as energias renováveis, a água, a política científica, a biotecnologia e as geociências (UNESCO, 2023).

Mais recentemente, o tema dos Oceanos revelou-se uma das prioridades na agenda da UNESCO (UNESCO, 2023). De forma a alcançar a Agenda 2030, a UNESCO lidera a implementação da Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

Ciências Sociais e Humanas

No que diz respeito às Ciências Sociais e Humanas, a UNESCO está a intensificar os seus esforços para responder aos novos desafios sociais e éticos que a humanidade enfrenta (UNESCO, 2023). A nível mundial, multiplicam-se novos desafios e ameaças que dificultam a coesão da humanidade, que por sua vez configuram novas formas de

desigualdade, de exclusão, de violência e de fundamentalismo, agravadas por tensões e conflitos locais. Aprender a viver em conjunto parece imprescindível para promover os direitos humanos, a inclusão e a não discriminação entre todos.

Cultura

A Divisão da Cultura protege e gere o património mundial em todas as suas vertentes. A UNESCO reconhece seis classes de património: cultural, natural, tangível, intangível, móvel e imóvel. Uma das tarefas principais da UNESCO é identificar e incentivar a proteção e preservação do património cultural e natural. A UNESCO defende que o património representa a história e a identidade de cada povo, e que o património do passado deve ser transmitido às gerações futuras (UNESCO, 2023).

A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, foi adotada em 1972 e constitui um dos instrumentos legais internacionais mais globalizados para a proteção do património cultural e natural, sendo certamente a manifestação mais relevante na área da cultura. A Convenção do Património Mundial estabelece quais os bens naturais e culturais que podem vir a ser inscritos na Lista do Património Mundial, fixando os deveres dos Estados-Membros quanto à identificação desses bens, assim como o desempenho para a proteção e preservação dos mesmos. Ao assinar a Convenção, cada Estado compromete-se não só a assegurar a conservação dos bens que se localizam no seu território como a proteger o seu património cultural e natural (National Geographic Society, 2023).

Comunicação e Informação

A UNESCO une esforços de forma a promover a construção de sociedades inclusivas e sustentadas pelo acesso universal à informação. Incentiva a liberdade de expressão, a independência e o pluralismo nos meios de comunicação (UNESCO, 2023). Esta área de especialização é fundamental para conseguirmos construir e interiorizar a paz na sociedade através das outras áreas em que a UNESCO trabalha. Ao estimular um diálogo internacional, irá promover uma circulação de ideias que, por sua vez, irá contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Por meio do reforço de capacidades, recomendações políticas, cooperação internacional, monitorização, prospectiva nos domínios da liberdade de expressão, acesso à informação e transformação digital, a UNESCO irá continuar a capacitar os mediadores fundamentais, com vista a assegurar que as liberdades básicas sejam garantidas em conformidade com as normas internacionais. Um exemplo destes esforços é a Declaração de Abuja sobre o financiamento global da literacia mediática e da informação, que destaca os progressos realizados na promoção da literacia dos meios de comunicação social e da informação para todos (UNESCO, 2023).

África e Igualdade de Género

Para além das áreas de atuação, a UNESCO concentra duas grandes prioridades globais, África e Igualdade de Género.

Desde 1989, África é um alvo prioritário no campo de ação da UNESCO. "*À escuta da África*", um encontro organizado pela UNESCO em 1995, foi o culminar de uma fase de reflexão. O relatório final desta reunião descreve: "*É em África que se registam as taxas de mortalidade geral e infantil mais elevadas, a esperança de vida mais baixa, a taxa de crescimento mais baixa do mundo, o rendimento per capita mais baixo e o crescimento demográfico mais elevado*" (UNESCO, 1995). A Estratégia Operacional para a África Prioritária 2022-2029, visa alcançar os ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas e da Agenda 2063 da União Africana "*A África que Queremos*", nas áreas de competência da UNESCO. Na Agenda 2063, a União Africana renova a sua visão de "*Uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional*" (Comissão da União Africana, 2015).

A UNESCO acredita igualmente que todas as formas de discriminação com base no género são violações dos Direitos Humanos e um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. A igualdade de género tem sido uma prioridade desde 2008. O Plano de Ação Prioritário para a Igualdade de Género da UNESCO: 2014-2021 menciona que esta precedência indica a direção escolhida pela Organização para garantir que a igualdade de género seja integrada em todas as suas políticas e programas: "*igualdade entre mulheres e homens e entre raparigas e rapazes em termos de direitos, responsabilidades e oportunidades*" (UNESCO, 2019).

Capítulo II. Portugal e a UNESCO

II.1. Da fundação da UNESCO à criação da Delegação de Portugal (1946 - 1975)

Vamos de seguida analisar o percurso desde a fundação oficial da UNESCO, no dia 4 de novembro de 1946, até ao estabelecimento da Missão permanente de Portugal junto da UNESCO, a 26 de junho de 1975. É relevante perceber de que forma, considerando os eventos históricos, políticos e sociais durante estas três décadas, Portugal se integrou nesta grande organização.

Na Carta das Nações Unidas, no artigo 57⁷ previu a criação de uma agência especializada nos domínios da Educação e Cultura. No seu ilustre preâmbulo, a carta fundadora da Organização afirma que *"uma vez que as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz"* (ONU, 1945). De 1 a 16 de novembro de 1945, foi organizada a Conferência para a criação desta Organização, em Londres, onde o Ato Constitutivo da UNESCO foi assinado por 41 Estados, entrando em vigor a 4 de novembro de 1946, após ratificação por parte de 20 Estados signatários.

Segundo a Constituição, esta instituição tem por finalidade *«contribuir para a manutenção da paz e da segurança, mediante o incremento, através da educação, da ciência e da cultura, da colaboração entre as nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais que a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos do Mundo, sem distinção de raças, de sexo, de língua ou de religião»* (ONU, 1945, p. 5).

No período pós IIª Guerra Mundial, Portugal tomou como prioridade fundamental, a integração e aceitação do regime político autoritário no espectro internacional. Considerando um cenário internacional, o regime do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, procurava aproveitar a sua estratégia de neutralidade cooperativa durante os últimos anos do conflito (RODRIGUES, 2006). A posição tomada por Portugal, juntamente com o desfecho de não ter sido aceite como membro da Organização das Nações Unidas, delineou fortemente o relacionamento entre Portugal e a UNESCO.

⁷ Artigo 57 da Carta das Nações Unidas: *"As várias organizações especializadas, criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas nos seus estatutos, nos campos económico, social, cultural, educacional, de saúde e conexos, serão vinculadas às Nações Unidas, em conformidade com as disposições do Artigo. 63."*

No que diz respeito à política externa portuguesa, o tópico da ONU era visto como um dos maiores contratemplos. O governo português considerou, desde o primeiro momento, a possibilidade de candidatura a Estado-Membro da organização como um “*um mecanismo compensatório do desaire sofrido na ONU*” (RODRIGUES, 2006, p. 168).

Portugal foi admitido na ONU a 14 de dezembro de 1955. Conforme prática corrente, após a admissão de Portugal o Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjöld, enviou, a 24 de fevereiro de 1956, uma carta ao Governo português interrogando se Portugal administrava algum território em que no qual os povos ainda não tivessem atingido uma forma completa de autogoverno, de acordo com o artigo 73 da Carta das Nações Unidas⁸. A resposta portuguesa foi breve: «*Portugal não administrava territórios não-autónomos, ou seja, não possuía colónias; os territórios ultramarinos portugueses faziam parte integrante do Estado português de acordo com a sua Constituição política*» (MAGALHÃES, 1996, pp. 13-14).

II.2. Portugal como observador

Na década dos anos 60, o progresso de novos desenvolvimentos acabou por justificar os pedidos do governo português para participar como Estado-Membro observador da UNESCO. Foi neste período que se atingiu o culminar do movimento de descolonização e presenciou-se a criação de diversos novos Estados independentes, proveniente, maioritariamente, da desagregação dos antigos impérios coloniais europeus. Consequentemente, com a entrada de Portugal na ONU em 1955, os países africanos com forte representação na Assembleia Geral da ONU exigiram a descolonização e independência das colónias sob domínio português (RODRIGUES, 2006).

Simultaneamente, o cenário internacional de Portugal tendeu a deteriorar-se de forma significativa quando em dezembro de 1960, a Assembleia Geral da ONU aprovou três resoluções que marcavam, com evidência, a sua posição anticolonial (SANTOS, 2021). A Resolução 1514, que condenava todas as formas de colonialismo, a Resolução 1541, que especificou o critério de definição de um território não autónomo, por último,

⁸ Artigo 73 da Carta das Nações Unidas: “*Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios.*”

a Resolução 1542, que apresentava uma lista de territórios considerados não autónomos, na qual constavam Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Goa e o restante do Estado Português da Índia, Macau e Timor (MAGALHÃES, 1996).

Este panorama induziu o governo português a «*acreditar, a título permanente, um observador junto daquela instituição especializada*» (RODRIGUES, 2006, p. 174), e a designar assim, em novembro de 1961, Manuel Anselmo de Castro⁹ como Observador Permanente de Portugal na UNESCO. A simples presença de Portugal como observador suscitou rapidamente uma verdadeira «*tempestade*» política, devido justamente à questão colonial. Foi negado, ao observador português, o direito de intervir nos debates e, em julho de 1963, foi aprovada uma proposta pelos países africanos, para excluir a participação portuguesa em todas as reuniões da organização (MAGALHÃES, 1996).

II.3. A adesão de Portugal

Em novembro de 1964, o Governo português decidiu finalmente apresentar a sua candidatura para a adesão plena de Portugal à UNESCO. A 11 de março de 1965, Portugal tornou-se o 119.º Membro da UNESCO (Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO).

Nos anos que se seguiram, o estatuto de Estado-Membro não diminuiu a dimensão de críticas relativas a Portugal. Adicionalmente, a UNESCO endureceu a sua posição contra a política colonial portuguesa (SANTOS, 2021). Por fim, em 1970, na sequência da pressão realizada pela organização, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em carta de 18 de junho de 1971, informou o Diretor-geral que Portugal decidiu retirar-se da organização (UNESCO, 1972). Certamente, a Revolução de 25 de abril de 1974, veio estabelecer grandes novas prioridades na atualizada política externa portuguesa, nomeadamente, a vontade de cooperar com organismos multilaterais, e assim, garantir a plena inserção de Portugal no paradigma internacional (TEIXEIRA, 2004). Concludentemente, no início deste regime democrático, em 11 de setembro de 1974, Portugal voltou a fazer parte da UNESCO.

Durante a 18.ª Conferência Geral da UNESCO, Portugal regressou à organização, sendo acolhido com satisfação pelos demais Estados-Membros (SANTOS, 2021). A

⁹ Manuel Anselmo de Castro foi nomeado Observador Permanente de Portugal junto da UNESCO em novembro de 1961, exercendo funções até 1964.

Delegação portuguesa foi chefiada pelo Ministro da Educação e Cultura, Magalhães Godinho, que ao longo da conferência reforçou a importância de Portugal recuperar a sua posição na organização, após a sua saída voluntária, decidida pelo regime anterior. A 30 de junho de 1975, o Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, proclamou a criação em Paris de uma Missão Permanente junto da UNESCO, “*com o desejo de intensificar e melhorar*” (Diário do Governo n.º 148/1975, 1975) as relações portuguesas com a organização. Assim foi estabelecida a Missão Permanente de Portugal junto à UNESCO, contando como embaixadora a Doutora Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo. A Missão Permanente definiu como objetivos assegurar o contacto dos portugueses com outras culturas “*afirmando-se na sua própria identidade*” e contribuir e participar, ativamente, na organização (RODRIGUES, 2006).

II.4. Delegação de Portugal junto da UNESCO

A adesão à UNESCO é regulada pelos artigos II e XV da Constituição e pelas regras 98 a 101 do Regulamento Interno da Conferência Geral (UNESCO, 2022). A filiação na Organização das Nações Unidas implica o direito de pertencer à UNESCO.

A Delegação de Portugal junto da UNESCO é a representação oficial de Portugal como Estado-Membro, junto da Organização com sede em Paris, França. Como serviço externo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é o ponto focal de ligação entre Portugal e o secretariado da UNESCO (Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO).

A Delegação desempenha um papel integral na formulação das diretrizes estratégicas da UNESCO, por meio da sua representação nos principais órgãos de liderança, além de manter uma colaboração estreita com a Comissão Nacional da UNESCO em Portugal. Desempenha, igualmente, um papel crucial na defesa dos interesses, propriedades e políticas nacionais, envolvendo-se nas conferências, discussões e negociações. Esta colaboração internacional, cujo objetivo principal é enfrentar os desafios globais, permite desenvolver uma plataforma de envolvimento e diálogo diplomático. Por último, a Delegação de Portugal concentra uma influência crucial ao promover os interesses nacionais e colaborar com a UNESCO nas suas áreas temáticas de atuação. Isso inclui representar diplomaticamente Portugal e participar em programas e projetos da UNESCO que abordam questões relacionadas com as áreas de atuação.

II.4.1. Portugal e as áreas de ação da UNESCO

A Educação é uma das principais áreas de atuação da UNESCO. A Delegação tem como função promover a cooperação educativa, promovendo políticas e boas práticas que contribuam para o desenvolvimento da agenda educativa global.

A Rede de Escolas Associadas da UNESCO (ASPnet), criada em 1958, conta como principal objetivo “*construir as defesas da paz nas mentes*” (UNESCO, 2020) dos seus estudantes. Constitui uma rede de desenvolvimento da educação formal e não formal compreendida, desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior, incluindo igualmente o ensino e formação profissional. Esta rede tem como objetivo a promoção de valores e princípios base da Constituição da UNESCO e da Carta das Nações Unidas. Portugal conta atualmente, com a presença de mais de cem escolas associadas do Norte ao Sul do país, incluindo ilhas. Em breve irá ser lançada a *Estratégia de Rede de Escolas Associadas da UNESCO 2023-2030* (Comissão Nacional da UNESCO, 2023).

O programa de Cátedras UNITWIN/UNESCO, criado em 1992, conta com o objetivo de cooperar para o fortalecimento da colaboração interuniversitária, com apoio na translação de conhecimento entre universidades e na promoção da solidariedade académica. Estas instituições trabalham em colaboração com as organizações não governamentais, fundações e organizações do setor público e privado, que empenham um papel essencial no ensino superior (Comissão Nacional da UNESCO, 2023). Os projetos das Cátedras UNESCO têm demonstrado a sua utilidade na criação de novos programas de ensino, o surgimento de novas ideias mediante a investigação e a consideração, a contribuição para o enriquecimento dos planos universitários atuais. Recentemente, foi lançada a cátedra *UNESCO Futuros da Educação* (Universidade de Lisboa, 2023), na Universidade de Lisboa, a título do Professor António Sampaio da Nóvoa. Esta Cátedra tem como objetivo continuar a reflexão sobre os futuros da educação, no plano nacional e internacional.

A conferência mais marcante à qual tive o prazer de assistir foi a Conferência Internacional da celebração do 30º aniversário do Programa de Cátedras UNITWIN / UNESCO (ver Anexo 1 e 2). Esta conferência, para além de carácter celebrativo, teve como objetivo expor o facto de todas as redes e Cátedras da UNITWIN desempenharem um papel estratégico fundamental na ligação entre conhecimento, investigação, educação e políticas de desenvolvimento.

Durante o estágio tive a oportunidade de observar a importância oferecida à Cultura e Educação Artística, assistindo às Consultas Globais e Regionais, igualmente como reuniões de informação (ver Anexo 3). A UNESCO tem sido encorajada pelos seus Estados-Membros para se empenhar no desenvolvimento de um *Quadro para a Cultura e Educação Artística*.

Nas atividades relacionadas com o setor da Cultura, é importante referir a importância que a Delegação desempenha na preservação do património cultural e diversidade linguística, como é o caso do Dia Mundial da Língua Portuguesa (UNESCO, 2023), estabelecido em 2009 pela UNESCO com o objetivo de celebrar a língua portuguesa e as culturas lusófonas.

Durante o estágio, assisti à décima sexta sessão do Comité Intergovernamental para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (ver Anexo 4). Este Comité é composto por representantes dos países signatários da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. A Convenção de 2005 visa proteger e promover a diversidade cultural, incentivar o diálogo entre culturas, fomentar a interculturalidade, reconhecer o direito dos Estados à proteção cultural e fortalecer a cooperação internacional para apoiar países em desenvolvimento.

A Delegação de Portugal desempenha um papel crucial na coordenação e apresentação das candidaturas dos locais portugueses para a lista de Património Mundial da UNESCO. A apresentação de candidaturas a Património Mundial envolve um processo rigoroso que inclui a preparação de dossiers detalhados, pesquisas históricas e científicas, bem como a definição de planos de gestão sustentável para os locais em questão. Uma vez inscrito na lista de Património Mundial da UNESCO, a delegação continua a colaborar com as autoridades locais na gestão e preservação desse Património, assegurando a acessibilidade para as gerações futuras, continuando a contribuir para o enriquecimento cultural e histórico de Portugal.

Por conseguinte, a Delegação de Portugal desempenha um papel crucial na proteção e promoção do Património de Portugal a nível internacional (UNESCO, 2023). Portugal apresenta atualmente dezassete bens inscritos na Lista de Património Mundial. Complementarmente, Portugal tem sete bens inscritos na Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO Intangible Cultural Heritage, 2023).

Na área das Ciências Naturais, considerando a dimensão das zonas costeiras e território marítimo nacional, é coerente Portugal atribuir uma proeminente relevância à Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (COI/UNESCO). A sua missão fundamental foca-se na observação e monitorização dos oceanos e a gestão das zonas costeiras, desempenhando um papel fundamental na proteção da diversidade marinha e na promoção do conhecimento, da ciência e do apoio ao desenvolvimento.

A participação de Portugal neste órgão, reflete a prevalência que Portugal confere à temática dos oceanos, nomeadamente no atual contexto da *Década das Nações Unidas para a Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030*.

Usufri do privilégio de participar no processo de divulgação e seleção da primeira edição da iniciativa Mário Ruivo Memorial Lecture (EurOcean, 2023), apoiada pela *Década dos Oceanos* e promovida pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO, pela Fundação EurOcean, e pelo governo português, que pretende estimular e reconhecer os trabalhos de investigadores oceanográficos, em início de carreira, que contribuam substancialmente para a Agenda 2030.

Também na área da Ciência, é importante realçar o trabalho relativo aos Geoparques e às Reservas da Biosfera da UNESCO em Portugal. Em 2022, foi criada a Rede Portuguesa dos Geoparques Mundiais da UNESCO, reconhecendo a importância da gestão de locais e paisagens geológicas (UNESCO Global Geopark, 2023).

As Reservas da Biosfera da UNESCO, espalhadas hoje por mais de cento e vinte países, têm a sua origem e sustentação no programa "*O Homem e a Biosfera*" da UNESCO, criado em 1971. Trata-se de uma rede mundial de territórios destinados a promover o desenvolvimento sustentável com base na atividade das comunidades locais e no conhecimento científico. Atualmente estão inscritas na Rede Mundial de Reservas da Biosfera doze Reservas da Biosfera Portuguesas (Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO, 2023). Participei ainda na primeira reunião do Grupo de Trabalho Aberto sobre a Juventude MAB. O grupo tem como objetivo discutir propostas para um envolvimento mais estratégico dos Jovens no Programa "*O Homem e a Biosfera*" (UNESCO, 2023) a nível nacional, regional e internacional.

Capítulo III. Atividades realizadas durante o estágio na Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO

O estágio permitiu uma compreensão aprofundada do trabalho realizado dentro de uma Delegação junto da UNESCO, tal como o funcionamento da rede diplomática portuguesa.

III.1. Tarefas recorrentes

Durante o meu período de permanência na Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO, foi-me dada a oportunidade de trabalhar numa variedade de tarefas e projetos que me permitiram adquirir novas competências e aptidões profissionais.

As principais responsabilidades incluíam:

- Apoiar a preparação e participação em reuniões, apresentações, conferências e outros eventos organizados pela UNESCO e as restantes Delegações Permanentes dos Estados-Membros (ver Anexo 5), o que me permitiu adquirir experiência em primeira mão do trabalho da organização e adquirir um conhecimento fundamental nas áreas de ação da UNESCO, nomeadamente a educação, ciência, cultura e, comunicação e informação.
- Elaborar relatórios que apoiaram a formulação de telegramas a ser enviados para o Ministério de Negócios Estrangeiros, em Lisboa, o que me possibilitou desenvolver ainda mais as minhas competências de escrita e análise, uma vez que tive de sumariar pontos-chave de longas discussões e apresentá-los de uma forma acessível e informativa.
- Pesquisar, recolher e processar informação relevante para a ação da Representação Permanente permitiu-me desenvolver as minhas competências de pesquisa e identificação de fontes de informação chave e a sintetizar.
- Preparar os materiais e documentação necessários para as reuniões a serem assistidas. Esta tarefa facilitou o meu desenvolvimento de competências de organização e atenção ao detalhe, uma vez que tinha de assegurar que toda a informação relevante era devidamente preparada.

- Apoiar a comunicação nas redes sociais, nomeadamente o Twitter, da Representação Permanente, promovendo as atividades e iniciativas de Portugal na UNESCO.
- Monitorizar as áreas em que Portugal está envolvido, forçando-me a manter-me a par sobre os últimos desenvolvimentos dentro da UNESCO.
- Recolher e tratar informação relacionada com programas UNESCO;

III.2. Tarefas específicas

- Arquivo Morto da Delegação de Portugal junto da UNESCO.

Fui responsável pela criação de uma base de dados abrangente do arquivo morto da Delegação (ver Anexo 6). Esta tarefa envolveu a organização, catalogação e documentação de cada pasta, caixa e caixote, assegurando que as mesmas pudessem ser facilmente identificadas e recuperadas. Uma vez terminada a base de dados, iniciou-se a fase do empacotamento das pastas e dossiers em caixotes, etiquetando cuidadosamente cada uma com informação detalhada sobre o seu conteúdo.

O objetivo final foi facilitar a transferência destes materiais para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, para arquivo e futura referência. A minha atenção ao detalhe e abordagem metódica garantiu que os materiais arquivados fossem devidamente documentados e embalados, tornando-os acessíveis e facilmente manejáveis durante os anos futuros.

Este arquivo morto poderá servir como registo histórico do envolvimento do país com a UNESCO e das suas contribuições para a comunidade internacional. O arquivo preserva também o conhecimento institucional e a memória da Delegação, assegurando que informações e perspetivas cruciais não se percam com a rotação de pessoal ou mudanças políticas. Por último, o arquivo pode servir como fonte de prova jurídica e administrativa em caso de disputas ou investigações.

- Equipa Administrativa da 1ª edição Mário Ruivo Memorial Lecture.

A COI/UNESCO e a Fundação EurOcean convidaram profissionais do oceano em início de carreira a apresentar projetos de investigação que contribuam de forma substantiva para a Agenda 2030 das Nações Unidas. Esta iniciativa visa prestar homenagem ao legado do Professor Mário Ruivo, antigo Secretário Executivo da

COI/UNESCO e uma figura de notoriedade na ciência dos oceanos (EurOcean, 2023). O cientista português fez parte da COI/UNESCO, tanto como Secretário Executivo, de 1980 a 1988, como Vice-Presidente, de 2003 a 2007, deixando um legado importante ao trazer os assuntos dos oceanos e as questões ambientais para o primeiro plano no discurso político, tanto em Portugal como internacionalmente.

Apoiada pela *Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável*, esta iniciativa aponta motivar e reconhecer os profissionais que estão a ter um impacto significativo no sentido de alcançar a Agenda 2030, particularmente no sentido do ODS14: *Vida abaixo de água*, e a missão e visão da *Década dos Oceanos*.

O meu envolvimento integrou diferentes etapas, nas etapas 2 e 3 efetuei uma avaliação criteriosa de forma a determinar a elegibilidade de cada proposta apresentada, e analisei cuidadosamente os critérios estabelecidos, verificando se as candidaturas atendiam a todos os critérios. Na Etapa 4 foi colocada a questão relativa ao equilíbrio entre os géneros dos projetos. Procedi a uma segunda revisão, e examinei se as mesmas mencionaram qualquer informação relevante sobre este assunto.

- Notas Verbais para Dias Nacionais.

As notas verbais, para além do carácter comemorativo, promovem a identidade nacional e reforçam as relações internacionais. Promovem, de igual forma, uma mensagem de reconhecimento e respeito entre os Estados na comunidade internacional.

Fui responsável pela criação de uma base de dados, cronologicamente organizada, relativa às notas verbais a serem enviadas aos 193 Estados-Membros da UNESCO, na ocasião dos seus Dias Nacionais.

III.4. Eventos

Relativamente aos eventos realizados pela Delegação de Portugal, tive a oportunidade de presenciar, no dia 14 de dezembro de 2022, a projeção do filme "*O Ano da Morte de Ricardo Reis*" de João Botelho, como parte da comemoração do 100º aniversário do nascimento de José Saramago, Prémio Nobel da Literatura em 1998 (Anexo 7). À projeção do filme sucedeu-se uma conversa entre o realizador João Botelho e a Professora Rita Novas Miranda, da Universidade Sorbonne de Paris.

Capítulo IV: A Visão de Transformação da Educação Inclusiva de Portugal

IV.1. Contexto

Nesta parte do relatório irei proceder a uma análise dos esforços relativos à Educação Inclusiva no ensino obrigatório em Portugal, contextualizando os compromissos assumidos por Portugal em relação à *Cimeira da Transformação da Educação* (TES), que visa alcançar o ODS4, como parte da Agenda 2030.

Esta análise surge em concordância com o esforço de transformação da UNESCO para com o setor da Educação, exemplificado pela TES. A minha investigação procura recomendar orientações que Portugal pode seguir, de forma a atingir a implementação de uma transformação na Educação inclusiva, em alinhamento com a Agenda 2030.

Antes de prosseguirmos com o estudo do Compromisso Nacional de Portugal para transformar a educação inclusiva, em conformidade com a Agenda2030, é necessário analisarmos os acontecimentos, iniciativas e mecanismos fundamentais implementados pela UNESCO, que nos vão servir de fundamento nesta análise.

IV.2. UNESCO e a Educação Inclusiva

Uma das principais áreas de ação da UNESCO é a educação, partilhando o conceito de que todos os alunos são igualmente importantes. A Educação inclusiva deve ser adotada como uma prioridade no combate à exclusão social e subsequentes consequências. Os baixos níveis de acesso à educação e os elevados níveis de desigualdade na educação, por sua vez, aumentam o risco de violência e conflito, criando um ciclo vicioso de oportunidades educativas perdidas, conflitos e deslocações (Global Education Monitoring Report Team, 2016). Porém, milhões de pessoas em todo o mundo continuam a sofrer exclusão na educação por razões como o sexo, orientação de género ou religião, etnicidade, nacionalidade, entre outras.

O trabalho da UNESCO nesta área foca-se em identificar barreiras e removê-las, promovendo sistemas educativos que respeitem as diversas necessidades, capacidades e características, e eliminem todas as formas de discriminação no ambiente de aprendizagem (UNESCO. Assistant Director-General for Education & UNESCO, 2019). A UNESCO ajuda os Estados-Membros a desenvolverem e implementarem políticas e programas inclusivos que cheguem aos grupos excluídos e marginalizados e lhes

proporcionem uma educação de qualidade. De igual forma ajuda os governos e os parceiros a traduzirem as políticas em currículos, pedagogia e ensino inclusivos e na conceção e execução de programas. O trabalho é alinhado com a *Convenção da UNESCO contra a Discriminação na Educação* de 1960, pelas orientações do ODS4 e pelo *Quadro de Ação Educação 2030* (Education 2030, 2016). Estes documentos enfatizam a inclusão e a igualdade como a base para uma educação de qualidade.

O Quadro de Ação Educação 2030, adotado por 184 Estados-Membros, foi desenvolvido através de um processo consultivo realizado em Incheon, na República da Coreia, em 2015. A Declaração de Incheon representa o firme compromisso dos países e comunidade da educação global para com uma única e renovada agenda educativa. O Quadro de Ação descreve como traduzir na prática, a nível nacional, regional e global, o compromisso assumido em Incheon. Visa “*mobilizar todos os países e parceiros em torno do ODS sobre a educação e as suas metas, e propõe formas de implementar, coordenar, financiar e monitorizar a Educação 2030 para garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*” (Education 2030, 2016, p. 23).

IV.2.1. A Iniciativa Futuros da Educação e o Relatório Reimaginar os Nossos Futuros Juntos: Um Novo Contrato Social para a Educação

A UNESCO lançou, em setembro de 2019, a iniciativa “*Futuros da Educação*”, com a missão de reimaginar a forma como o conhecimento e a aprendizagem podem moldar o futuro da humanidade e do planeta. Tem como objetivo principal “*catalisar um debate global sobre a forma como a educação deve ser repensada num mundo de crescente complexidade, incerteza e fragilidade*” (International Commission on the Futures of Education, 2021). Fundamentou-se num processo consultivo, que envolveu a nível mundial mais de um milhão de pessoas, e que se baseou numa colaboração intersectorial envolvendo jovens, educadores, a sociedade civil, governos, empresas, e outras partes interessadas.

Como António Sampaio da Nóvoa¹⁰ reforça:

¹⁰ (Universidade de Lisboa, 2023). António Sampaio da Nóvoa é Doutor em Educação e em História, foi Embaixador de Portugal junto da UNESCO, de 2018-2021, presidente da sessão da Conferência Geral da

“Não há soluções prontas acabadas, há dúvidas, há perguntas. O futuro não é o que está para acontecer mais tarde, mas, sim, o que já existe, em milhares e milhares de experiências por esse mundo fora, em Portugal também. Por isso, o melhor que podemos fazer é identificar, estudar, apoiar, partilhar e dar visibilidade a estas experiências, dando corpo a um movimento de transformação”.

Fruto do esforço coletivo da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, a UNESCO lançou no final de 2021, o relatório global *“Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação”*. Este é o terceiro de uma série de exercícios de previsão e visão liderados pela UNESCO, realizados em momentos-chave da transição histórica. Em 1972, foi lançado o relatório *Aprender a Ser: o mundo da educação hoje e amanhã* (International Commission on the Development of Education, 1972), o próprio já alertava para os riscos das desigualdades e sublinhava a necessidade da expansão contínua da educação, da educação ao longo da vida e da construção de uma sociedade de aprendizagem. Seguiu-se, em 1996, o relatório *Aprendizagem: o tesouro interior; relatório à UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* (International Commission on Education for the Twenty-first Century, 1996), que propôs uma visão integrada da educação em torno de quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos numa perspetiva ao longo da vida, e aprender a ser, o conceito que integra todos os anteriores.

Este relatório foi o culminar de dois anos de consulta e reflexão, e tem como objetivo apelar à ação para reforçar a solidariedade global e abrir novas fronteiras para a inovação, olhando para o horizonte de 2050 (UNESCO, 2021) e mais além, moldando os nossos múltiplos potenciais futuros. Baseia a sua proposta na necessidade de construir um novo contrato social para a educação, que possa reparar as injustiças do passado e, ao mesmo tempo, transformar o futuro, assente numa visão partilhada do objetivo público da educação. Este contrato social assenta em dois princípios fundamentais: o direito a uma educação de qualidade para todos e ao longo de toda a vida, e o entendimento de que a educação, enquanto tarefa coletiva e pública, e enquanto bem comum, deve contribuir eficazmente para a realização de futuros sustentáveis, justos e pacíficos.

Por conseguinte, recomenda cinco propostas para renovar a educação onde, entre outras, destaca o carácter cooperativo e colaborativo que a educação e a profissão docente

UNESCO e é, atualmente, titular de uma Cátedra UNESCO sobre os futuros da educação. Presidiu inclusive ao comité de investigação e redação da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação.

devem ter, bem como o destaque que deve ser colocado na aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar, que ajuda os alunos a aceder e a produzir conhecimentos e, ao mesmo tempo, a desenvolver a sua capacidade de os criticar e aplicar, e destaca o papel que as escolas e os ecossistemas educativos devem desempenhar para se tornarem "*modelos dos futuros a que aspiramos*" (International Commission on the Futures of Education, 2021).

O relatório termina com dois apelos de ação: um apelo à investigação e à inovação e um apelo à solidariedade global e à cooperação internacional, para envolver todos num diálogo social, repensar e agir em conjunto e reimaginar o nosso futuro em conjunto.

Tanto a Iniciativa *Futuros da Educação* e o Relatório *Reimaginar os Nossos Futuros Juntos: Um Novo Contrato Social para a Educação* vem reforçar e defender a importância do princípio da educação inclusiva, servindo como ferramentas fundamentais para redefinir o panorama global da educação. Ambos alinham a importância da inclusão como princípio crucial para alcançar o ODS4, reconhecendo os desafios enfrentados pelos sistemas educativos globalmente. Através de uma perspetiva global, as iniciativas reconhecem que a educação inclusiva não é apenas uma questão de acessibilidade, mas um compromisso para garantir que todos tenhamos um acesso equitativo a oportunidades de aprendizagem de qualidade.

IV.3. A Cimeira sobre a Transformação da Educação (TES)

António Guterres, Secretário Geral da ONU, convocou em Setembro de 2022 a Cimeira sobre a Transformação da Educação, como resposta a uma crise tripla na Educação: crise de igualdade e inclusão, uma vez que milhões de indivíduos estão fora da escola; crise de qualidade, uma vez que muitos dos que estão na escola nem sequer estão a aprender o básico; e uma crise de relevância, uma vez que muitos sistemas educativos não estão a equipar as novas gerações com os valores, conhecimentos e competências determinantes para prosperar no mundo atual (Special Adviser of the Secretary-General on the Transforming Education Summit and the UNESCO Transforming Education Summit Secretariat, 2023).

Com base no relatório da Comissão Internacional da UNESCO sobre os Futuros da Educação, a TES procurou repensar fundamentalmente o propósito, o conteúdo e a oferta da educação no século XXI e elevar a educação na agenda política nacional e global

para mobilizar ambição, solidariedade e soluções. para transformar a educação. A TES foi “*um marco importante para a educação em todo o mundo, agora e no futuro, mas o seu verdadeiro impacto será determinado por a eficácia do seguimento da Cimeira a nível nacional, regional e a nível nacional, regional e mundial.*” (International Commission on the Futures of Education, 2021, p. 4). Em relação à sua preparação, a TES beneficiou de contributos de três vertentes de trabalho: consultas nacionais e regionais, linhas de ação temáticas e envolvimento do público, comunicações e sensibilização (United Nations Transforming Education Summit 2022).

Em consequência da colaboração e contributos de todos os participantes e parceiros, a Cimeira criou cinco resultados chave:

1. A “*Declaração de visão do Secretário-Geral sobre a Transformação da Educação, um imperativo político urgente para o nosso futuro coletivo*” (United Nations Transforming Education Summit 2022, 2022), é um manifesto para a ação coletiva dos Estados-Membros e do público em geral, que estabelece os princípios fundamentais para orientar a mudança urgente, profunda e fundamental necessária para transformar a Educação.
2. A apresentação de 133 declarações de compromisso dos Chefes de Estado e de Governo para transformar a educação a nível nacional.
3. O lançamento de iniciativas globais de forma a potencializar um maior apoio financeiro, técnico e político a nível nacional.
4. O apelo à importância do investimento Educativo (United Nations Transforming Education Summit 2022, 2022).
5. O fortalecimento de um movimento global para transformar a Educação, que conta com a juventude como agente central de transformação, tal como manifestado na *Declaração da Juventude* (Transforming Education Summit 2022, 2022).

Estes cinco resultados serão acompanhados a nível nacional, regional e global, em conformidade com os processos, iniciativas e mecanismos existentes, nomeadamente o Mecanismo de Cooperação Global para a Educação do ODS4 e a Agenda Comum da ONU. Foi complementarmente desenvolvida, pelo Gabinete Executivo do Secretário-Geral e pela UNESCO, uma estratégia de acompanhamento destes resultados e aprovada pelo Comité de Direção de Alto Nível do ODS4 (HLSC).

Esta estratégia irá orientar as ações dos Estados-Membros e dos parceiros centradas em torno de cinco pilares: Pilar 1 - os compromissos para a ação a nível nacional; Pilar 2 - a transformação da Educação seja uma componente chave do futuro *Pacto para o Futuro*; Pilar 3 - o movimento global para a transformação da Educação; Pilar 4 - Transformação do financiamento da Educação; Pilar 5 - as Iniciativas Globais lançadas na TES.

IV.3.1. A Consulta Nacional e Declaração de Compromisso de Portugal

Entre 28 a 30 de junho de 2022, aconteceu em Paris, uma pré-Cimeira Ministerial cujo objetivo foi aproveitar os debates em curso sobre a transformação da educação, elaborar conteúdos iniciais e estabelecer uma visão partilhada e ações sugeridas para a Cimeira (Transforming Education Summit 2022, 2022). A Pré-Cimeira proporcionou aos países que avançaram com as suas consultas nacionais a possibilidade de apresentarem os resultados preliminares das suas consultas e partilharem os elementos-chave do seu compromisso de transformar a educação de forma a inspirar outros países a avançarem com os mesmos.

Portugal não foi exceção e promoveu uma consulta de reflexão nacional, presidida pelo Ministro da Educação, João Costa, que contou com 146 participantes dos diversos setores da sociedade para discutir questões e desafios em retorno da educação nacional (Direção-Geral da Educação, s.d.).

Na sua Consulta Nacional, Portugal apresenta medidas de política educativa que tem vindo a desenvolver, em consonância com a Agenda2030 e as recomendações das Nações Unidas, tais como: a) Perfil dos Alunos no final da Escolaridade Obrigatória; b) Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; c) Flexibilidade e Autonomia Curricular; d) Quadro legal para a educação inclusiva; e) Aprendizagens Essenciais.

Por fim, resume os principais resultados relativos aos quatro complementos fundamentais da Consulta Nacional (Portugal National Consultation Report, 2022):

1. O programa de recuperação das aprendizagens devido ao confinamento das escolas provocado pela situação pandémica motivou a implementação de ações de curto prazo, destinadas a assegurar a recuperação total das aprendizagens.

2. A transformação da educação baseia-se em abordagens inovadoras, identificadas como alavancas das políticas e práticas educativas a médio e longo prazo.
3. A implementação e avaliação de medidas e programas para recuperar a aprendizagem no pós-Covid 19 e acelerar a prossecução do ODS4 até 2030.
4. O financiamento público da educação deve ser adequado e sustentável.

Durante a Cimeira, os chefes de Estado foram convidados a apresentar uma Declaração Nacional de Compromisso, que determina uma visão corajosa e valoriza ações concretas para a transformação da educação (Portugal National Statement of Commitment, 2022). Com base nas próprias Consultas Nacionais, deveriam procurar refletir uma visão que incluísse a sociedade como um todo, e que se direcionasse à transformação dos sistemas de ensino definindo as principais alavancas de mudança que podem concretizar esta visão.

A Declaração Nacional de Portugal considerou aspetos fundamentais como a urgência de renovar o sistema educativo, reconhecendo o papel central da educação no Estado Democrático. Destacou também a experiência portuguesa no campo da reorganização educativa, em correspondência com o Quadro de referências curriculares¹¹.

Em harmonia com as linhas de ação temáticas definidas na Cimeira, definiu, resumidamente, os seguintes compromissos:

LINHAS DE AÇÃO	COMPROMISSO
Escolas inclusivas, equitativas, seguras e saudáveis	Proporcionar aos alunos boas experiências de aprendizagem e motivação, para que sintam que têm um papel importante como membros da sociedade que podem contribuir para a sua evolução. Reforçar a integração das crianças na Educação Pré-Escolar para restringir as

¹¹ Com especial atenção para O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; As Aprendizagens Essenciais; Autonomia e Flexibilidade Curricular; e Educação Inclusiva.

	condições de desigualdade social. Promover a educação para a igualdade de género; escolas seguras; saúde e nutrição escolar; educação e ensino no contexto de emergência.
Aprendizagem e competências para a vida, o trabalho e o desenvolvimento sustentável	Organizar a formação, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, com o objetivo de proporcionar aptidões e competências para o emprego e o empreendedorismo. Desenvolver competências sociais e emocionais nos alunos, encontrando um equilíbrio entre o currículo, a aprendizagem não formal e a cidadania. Educar na ótica do desenvolvimento sustentável, abordando questões de educação ambiental.
Os professores, o ensino e a profissão pedagógica	Tornar a profissão de professor mais estável atrativa e digna, aumentando o investimento na qualificação e repensando a formação inicial e continua dos professores.
Aprendizagem e transformação digital	Sensibilizar para a transformação digital envolvendo as escolas em projetos, motivando os alunos a serem autossuficientes. Criar um investimento global e estrutural em redes, envolvendo professores, formadores, alunos e pais, e consequentemente desenvolver a literacia digital. Disponibilizar equipamentos tecnológicos e recursos digitais às escolas, considerando o sector privado. Promover a cidadania digital, o bem-estar, a privacidade e a segurança.

Financiamento da educação	Dar prioridade à sustentabilidade financeira, encontrando parcerias e soluções. Assegurar uma redistribuição mais equilibrada dos fundos: regiões diferentes têm necessidades diferentes.
---------------------------	---

Tabela 1 - Linhas de Ação e os Compromissos de Portugal

IV.3.2. Seguimento da Cimeira: Dos Compromissos assumidos à Ação transformadora

O Comité de Direção de Alto Nível do ODS4 tem como principal objetivo “*apoiar os Estados-Membros e os parceiros na realização do ODS 4 e das metas relacionadas com a educação noutros objetivos da Agenda 2030*” (SDG-Education 2030 Steering Committee, 2016). Atualmente, Portugal representa o Grupo I, Europa Ocidental e América do Norte, no período de 2022-2023, representado por Miguel Marques da Costa, Ministro da Educação, e Luísa Ucha, Assessora do Ministério da Educação (ver Anexo 8).

Como já foi mencionado, um dos principais resultados da Cimeira foi a Visão do Secretário-Geral da ONU sobre a Transformação da Educação, onde António Guterres confiou ao Comité Diretor de Alto Nível do ODS 4 a tarefa de liderar e assegurar o acompanhamento eficaz da Cimeira (Transforming Education Summit, 2022).

Fornecer orientação estratégica é uma das formas que o HLSC utiliza de forma a alcançar os seus objetivos. Com base no Quadro de Ação Educação 2030 e no seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação, uma destas orientações é a Nota de Orientação para traduzir os Compromissos Nacionais em ações no seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação. Como sugere o título, a nota fornece aos Estados-Membros e aos parceiros um mapa de transformação do seu compromisso em ação.

A Nota de Orientação apresenta os princípios orientadores e sugere quatro vias de ação interligadas (SDG 4 High-Level Steering Committee, 2022). Em cada uma destas vias, a nota de orientação oferece conselhos estratégicos e sugestões sobre o que os governos e os parceiros podem fazer. A nota apresenta igualmente alguns dos mecanismos de apoio globais e regionais disponíveis para os Estados-Membros.

IV.4. Portugal e a Educação Inclusiva

Portugal comprometeu-se, no seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação, a tornar o sistema educativo português mais inclusivo. Nesta avaliação vamos analisar dados relativos à inclusão no ensino obrigatório em Portugal. De forma a clarificar qual o nível de esforço que Portugal pode fazer para alcançar transformação nesta inclusão, é preciso analisar quais as leis, mecanismos e estratégias que já estão a ser implementadas, entender que indicadores são necessários avaliar, e perceber quais são os principais obstáculos e desafios que estes esforços e recomendações podem enfrentar.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) produziu em 2022 uma abrangente avaliação e revisão da Educação Inclusiva em Portugal, determinando Portugal com *"uma das legislações mais abrangentes em matéria de educação inclusiva dos países da OCDE"* (OCDE, 2022).

Nas escolas que participaram no estudo verificou-se a existência de um *"ambiente genuinamente inclusivo"* (OCDE, 2022), mas, ao mesmo tempo, o isolamento dos alunos imigrantes nas escolas foi considerado mais prevalente do que na maioria dos outros países da OCDE. Além disso, verificou-se que o país tem uma das taxas mais baixas de professores com competências na área da educação inclusiva. Sublinha ainda o facto de, em Portugal, *"as práticas de sala de aula variarem consideravelmente dentro das escolas e de escola para escola"*, criando assim disparidades e desigualdades. O relatório afirma que se trata de *"um trabalho em curso, que exige um esforço e um empenhamento contínuos de todos para garantir que ninguém é deixado para trás e que cada aluno é apoiado para atingir o seu potencial máximo"* (OCDE, 2022).

A principal conclusão da revisão concluiu que o sistema educativo português testemunhou melhorias históricas no acesso e aproveitamento ao longo dos últimos 25 anos. Contudo, apesar desta concretização impressionante, Portugal enfrenta alguns desafios. Diferenças importantes nos resultados de aprendizagem e bem-estar dos alunos persistem para alunos desfavorecidos e/ou de origens diversas, alunos de famílias com baixos rendimentos renda, alunos de origem imigrante e alunos de comunidades ciganas (CERNA, 2022).

Portugal detém mérito justo pelo seu quadro jurídico progressivo no domínio da educação inclusiva (All Means All, 2018). Analisando a legislação e mecanismos

abrangentes de Portugal relativa à inclusão, destaca-se a lei direcionada à Educação Inclusiva, o Decreto-Lei n.º 54/2018 (Decreto-Lei n.º 54/2018), de 6 de julho. Este Decreto-Lei estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos. Avança com um modelo pedagógico fundamentado na noção de que todos os alunos têm potencial de aprendizagem, desde que recebam apoio apropriado. Mais marcante ainda, o Decreto-Lei ignora o conceito de que é essencial categorizar para intervir, apoiando-se antes na ideia de que todos os alunos podem atingir um perfil de competências e aptidões no final do seu percurso escolar obrigatório, mesmo que sigam percursos de aprendizagem diferentes (ALVES, PINTO, & PINTO, 2020).

Todavia, se Portugal é reconhecido como um país exemplar na implementação de legislação e na criação de mecanismos, por que razões continuam a falhar estes instrumentos de Educação inclusiva?

Após esta análise conseguimos concluir que o desafio principal não se encontra na inclusão relativa à integração inicial dos estudantes, mas sim à inclusão contínua dentro da sala de aula. A dificuldade encontra-se na manutenção e gestão do bem-estar e do bom aproveitamento escolar destes alunos durante o seu percurso na escola. Os indicadores onde Portugal apenas apresenta dois medidores de inclusão abaixo da média europeia são o abandono escolar precoce e o Bem-Estar Escolar (OCDE, 2022). Estes indicadores de inclusão onde Portugal está a apresentar dificuldades, vão desta forma refletir-se diretamente em desafios como o isolamento de alunos imigrantes e de etnia cigana, a falta de competência dos profissionais de ensino, a falta de partilha de boas práticas e de uma estratégia comum entre as escolas.

Seria essencial desenvolver uma melhor compreensão e capacidade de parte dos professores de forma a saberem lidar com estes desafios assim como a adoção de mecanismos que permitam um melhor aproveitamento e uma boa experiência escolar, de forma a contribuir para o objetivo geral de transformar a Educação inclusiva em Portugal.

IV.5. Recomendações

Considerando os princípios do Quadro de Ação Educação 2030, a missão da Iniciativa Futuros da Educação, a visão transformadora e objetivos do Relatório Reimaginar os Nossos Futuros Juntos: Um Novo Contrato Social para a Educação, a

declaração de compromisso assumida na Cimeira sobre a Transformação da Educação, e seguido a Nota de orientação do Comité de Direção de Alto Nível do ODS4 aplicada aos desafios que Portugal atualmente encontra na Educação Inclusiva, apresento algumas recomendações de ação onde Portugal se pode apoiar a nível nacional.

Fortalecimento das estratégias de monitorização e avaliação

No ano de 2014, o Secretário-Geral da ONU apelou aos países para que adotassem “*uma cultura de responsabilidade partilhada*” baseada na “*avaliação comparativa do progresso*”, o parágrafo 28 do Quadro de Ação Educação 2030, por sua vez, apelou aos países para estabelecerem “*referências de referência intermédias apropriadas para abordar o défice de responsabilização associado aos objetivos a longo prazo*”. No livro *Estabelecendo compromissos: marcos de referência nacionais do ODS 4 para transformar a educação*, o último documento publicado relativo aos valores de referências nacionais, constata-se que Portugal não está incluído na lista de países com indicadores definidos (UNESCO Institute for Statistics & Global Education Monitoring Report, 2022). Deste modo, seria fundamental cooperar com a UNESCO de forma a estabelecer um processo nacional de avaliação comparativa do ODS4.

Portugal poderia, assim, concordar em definir um pequeno número de indicadores, ligados às Iniciativas Globais, que seriam adicionados à lista de indicadores de referência do ODS 4, e definir metas e compromissos nacionais relativas a estes indicadores para 2025 e 2030, que possibilitariam uma avaliação e monitorização anual do progresso, de forma a transformar a educação. Estes indicadores viriam a ser essenciais na determinação das estratégias relativas à educação inclusiva.

Consolidação da administração de recursos e financiamento

Portugal é um país forte relativamente aos quadros legais abrangentes da educação inclusiva. Contudo persistem desafios em relação à gestão dos recursos financeiros e humanos, à administração da educação inclusiva em todos os níveis e à mudança da abordagem da educação inclusiva. Algumas recomendações que podem ser implementadas concentram-se em promover um maior apoio financeiro, técnico e político na implementação a nível nacional, à luz de uma série de vários apelos à ação lançados na Cimeira. Igualmente, investir na melhoria da gestão dos recursos para a educação

inclusiva e continuar os esforços para construir um sistema de financiamento coerente para apoiar a igualdade e a inclusão.

Melhoria e incentivo à Comunicação e Partilha de Boas Práticas

Esta recomendação relaciona-se diretamente com o compromisso relativo à priorização da profissão dos professores e profissionais de ensino. Criar um foco na promoção de respostas a nível escolar relativo à diversidade dos alunos presentes dentro da sala de aula, é extremamente transformativo. Como concluiu a OCDE, as práticas escolares em Portugal variam consideravelmente, sugerindo que não existe entre escolas, a partilha de informação relativos a experiências e desafios relativos à inclusão. Existem exemplos de práticas eficazes que podem ser construídas para lidar com essas inconsistências. Os agrupamentos escolares bem estabelecidos oferecem possibilidades de apoiar o desenvolvimento de entendimentos mais inclusivos.

Uma sugestão de iniciativa baseada na partilha de boas práticas é a criação de uma plataforma *online* ou um relatório consultivo sobre os mecanismos de inclusão na Educação em Portugal, com vista a assegurar uma das vertentes previstas no seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação, tendo como principal objetivo a entreaajuda interescolar, e que se destine a partilhar práticas e iniciativas implementadas por professores e profissionais de ensino nas suas respetivas escolas.

Desenvolvimento das capacidades iniciais e contínuas dos profissionais de ensino

Em Portugal persistem desafios importantes, como a inadequada preparação inicial dos professores e a aprendizagem profissional contínua para a diversidade, igualdade e inclusão e uma visão estreita da diversidade. Em 2021, a média de idades dos docentes portugueses estava nos 50 anos e no ano letivo de 2030/2031 a previsão é que falem 34.500 professores ao sistema de ensino português tendência que, na opinião do investigador Pedro Freitas só será alterada caso se repense a carreira dos professores (SIC Notícias, 2023).

Os professores e profissionais de ensino têm de ser vistos como atores principais e cruciais na questão da transformação. É necessário realçar a importância do estatuto do professor, motivando os que já se encontram na profissão e os que nesta querem ingressar.

É essencial fornecer uma formação inicial e contínua, ao longo da vida, suficiente para instruir boas práticas em relação aos desafios da globalização.

Uma recomendação seria ampliar as oportunidades de aprendizagem profissional contínua de professores para apoiar a diversidade e a inclusão. Introduzir um programa de aprendizagem contínua, focada na promoção de práticas inclusivas em sala de aula, formulando orientações claras sobre o uso de recursos de apoio nas escolas e comunidades, irá certamente contribuir para a transformação e melhoria das práticas dentro da sala de aula, que é por si o principal local de mudança necessária. Uma outra recomendação seria melhorar o recrutamento, retenção e atratividade da profissão docente para fortalecer a educação inclusiva, e promover o recrutamento de professores de diversas origens étnicas, culturais e linguísticas.

Criação de parcerias estratégicas e colaboração intersectorial

Qualquer transformação relativa à educação inclusiva exige um esforço coletivo e colaborações estratégicas intersectoriais. O processo de transformação exige recursos financeiros, humanos e intelectuais. É importante identificar estes recursos e construir parcerias com diferentes organizações internacionais e com organizações não governamentais. A articulação de comunicação entre as escolas e instituições focadas na inclusão na educação, na perspectiva do desenvolvimento de projetos de parceria que apoiem a inclusão escolar de populações específicas, irá certamente criar um compromisso de transformação.

Dando maior importância aos grupos que sofrem de maior exclusão, como os imigrantes e alunos de etnia cigana, é necessário o estabelecimento de parcerias que assegurem a existência de uma estrutura coordenada de apoio às escolas e agrupamentos escolares no combate a esta exclusão. A contínua aposta da Direção Geral da Educação no estabelecimento de parcerias, medidas e programas com instituições como, por exemplo, o Alto Comissariado para as Migrações, que irá coligar os esforços para a integração de crianças e jovens refugiados no sistema educativo, vai gerar uma rede de cooperação entre diferentes setores, que se irá refletir na transformação da educação inclusiva.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que a missão da UNESCO é consolidar uma cultura de paz, a erradicação da pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural. Visa criar condições para o diálogo entre civilizações, culturas e povos, baseado no respeito pelos valores partilhados.

Analisou-se o contexto histórico entre a UNESCO e Portugal, que concluiu que os contextos históricos, políticos, económicos e sociais moldaram a adesão de Portugal a esta instituição. A Delegação de Portugal tem como principal missão a representação oficial de Portugal como Estado-Membro, junto da UNESCO. Como serviço externo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, assegura a ligação entre Portugal e o secretariado da UNESCO. Trabalha em estreita cooperação com outras entidades governamentais, organizações não governamentais, e grupos da sociedade civil para promover os interesses de Portugal na UNESCO. Assume como sua função representar o nosso país e, principalmente, cooperar positivamente para o cumprimento dos colossais objetivos da UNESCO.

O principal foco deste estágio, realizado num serviço externo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, foi colocar à prova, dentro do contexto das Relações Internacionais, os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do percurso académico. O estágio teve assim como principal objetivo proporcionar uma experiência profissional com destaque para a compreensão da rede diplomática.

As tarefas realizadas ao longo dos seis meses foram, no geral, acessíveis e interessantes. Adquiri diariamente experiência no apoio à preparação e participação em reuniões, apresentações, conferências e outros eventos organizados pela UNESCO e as restantes Delegações Permanentes dos Estados-Membros. Esta participação permitiu-me adquirir ensaio fundamental do trabalho da organização e obter um conhecimento fundamental nas áreas de ação da UNESCO, nomeadamente a educação, ciência, cultura e comunicação e informação. Uma grande responsabilidade da Delegação é estabelecer uma ponte de comunicação entre Paris e Lisboa relativo às atividades acompanhadas. Desta forma, elaborar relatórios que apoiaram a formulação de telegramas a serem enviados para o Ministério de Negócios Estrangeiros, possibilitou-me desenvolver ainda mais as minhas competências de escrita e análise.

Um dos grandes projetos realizados durante o estágio foram a criação da base de dados do arquivo morto da Delegação, envolvendo um processo complexo de identificação, catalogação e documentação de várias atividades acompanhadas ao longo dos anos anteriores. Através desta responsabilidade aprofundei verdadeiramente a compreensão da missão e obrigações que compõe a representação de Portugal. O segundo grande projeto do qual me orgulho de ter participado remete à participação na equipa administrativa da 1ª edição Mário Ruivo Memorial Lecture, onde adquiri competências na avaliação e determinação de elegibilidade das iniciativas apresentadas por profissionais do oceano em início de carreira, que contribuam de forma substantiva para a Agenda 2030 das Nações Unidas, particularmente no sentido do ODS14: *Vida abaixo de água*, e a missão e visão da *Década dos Oceanos*.

Um grande ponto positivo foi compreender a importância de a Delegação de Portugal estabelecer uma relação positiva e contínua com os outros Estados-Membros da UNESCO, especialmente através de Notas Verbais de carácter comemorativo dos dias nacionais, que promovem também o reconhecimento e identidade nacional no contexto internacional. Outro ponto positivo foi verificar o interesse de Portugal na participação contínua nos processos de decisão da UNESCO, analisando as suas candidaturas especificamente ao Comité Intergovernamental da Convenção para a Promoção da Diversidade Cultural, para o período 2023-2027, e para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, para o período 2023-2025.

Este estágio foi certamente um grande contributo para a minha experiência pessoal e profissional. Obter a oportunidade de trabalhar num contexto internacional e multicultural onde é estimulada a troca de ideias, reforçada a confiança e incentivo à proatividade e independência permitiu-me desenvolver habilidades fundamentais para o mercado de trabalho.

Esta oportunidade única de estagiar num local de prestígio e que reforça a importância da representação nacional em organizações internacionais foi seguramente o ponto mais vantajoso da experiência. Poder aprender e crescer com profissionais que demonstram uma carreira duradoura e prestigiada no contexto nacional e internacional, e que dispõe de conhecimentos concretos das realidades enfrentadas no âmbito das relações internacionais e das normas políticas, económicas e sociais que constitui a relação com a UNESCO, encaminharam-me certamente a procurar seguir uma carreira de representação nacional em serviços com relações externas a nível internacional. O presente relatório de

estágio procurou relacionar de forma concisa, o conhecimento e a experiência adquiridos no contexto das Relações internacionais.

Uma observação resultante da complementaridade entre a componente prática e teórica, é que o tema analisado durante a realização do estágio e a elaboração do mesmo se apresenta em constante evolução, o que tornou a elaboração deste relatório mais desafiante, contudo certamente mais apelativa. Com base na análise efetuada foi possível responder às diferentes questões propostas no início do relatório, e também incutir diferentes recomendações e reflexões.

No que diz respeito à parte da componente teórica do relatório, é possível concluir que Portugal apresenta grandes esforços, mecanismos e iniciativas para transformar a Educação Inclusiva, contudo ainda apresenta alguns desafios que precisam de ser respondidos.

Refletindo sobre as principais questões, concluímos que a UNESCO apresenta esforços e implementação de medidas e incentivos para que os Estados-Membros se comprometam a alcançar os objetivos estabelecidos na Agenda2030, neste relatório apresentando especial atenção para os objetivos e metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, como parte da Agenda 2030.

A UNESCO reconhece que a Educação inclusiva deve ser levada como uma prioridade no combate à exclusão social e subsequentes consequência, e ergue a importância de os Estados-Membros atuarem de forma acelerada de forma a combatermos as consequências e desafios globais que são uma ameaça a esta prioridade. Os Estados-Membros devem contar com o apoio da UNESCO de forma a desenvolverem e implementarem políticas e programas inclusivos que cheguem aos grupos excluídos e marginalizados e lhes proporcionem uma educação de qualidade, e ajuda os governos e os parceiros a traduzirem as políticas em currículos, pedagogia e ensino inclusivos e na conceção e execução de programas. O quadro de Ação Educação 2030 é um compromisso internacional que representa o compromisso da comunidade da educação global para com uma única e renovada agenda educativa, Educação 2030.

O lançamento da Iniciativa “*Futuros da Educação*”, com a missão de repensar a forma como o conhecimento e a aprendizagem podem moldar o futuro da humanidade e

do planeta, e a publicação do relatório global “*Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*”, que baseia a sua proposta na necessidade de construir um novo contrato social para a educação, que possa reparar as injustiças do passado e, ao mesmo tempo, transformar o futuro, representam fortes mecanismos implementados pela UNESCO que demonstram não só os seus esforço como instituição mas também os esforços coletivos dos Estados-Membros. Tanto a Iniciativa como o Relatório vêm reforçar e defender a importância do princípio da educação inclusiva, servindo como ferramentas fundamentais para redefinir o panorama global da educação.

A grande cimeira sobre a transformação da Educação é uma das grandes peças deste relatório. A cimeira procurou repensar fundamentalmente o propósito, o conteúdo e a oferta da educação no século XXI e elevar a educação na agenda política nacional e global para mobilizar ambição, solidariedade e soluções para transformar a educação.

Na sua Declaração Nacional, Portugal considerou aspetos fundamentais como a urgência de renovar o sistema educativo, reconhecendo o papel central da educação no Estado Democrático e destacou a experiência portuguesa no campo da reorganização educativa, em correspondência com o Quadro de referências curriculares. Portugal responsabilizou-se e estabeleceu diferentes compromissos que seguem as diferentes linhas de ação, nomeadamente o compromisso relativo às escolas inclusivas, equitativas, seguras e saudáveis; aprendizagem e competências para a vida, o trabalho e o desenvolvimento sustentável; os professores, o ensino e a profissão pedagógica; a aprendizagem e transformação digital e o financiamento da educação.

Apesar de Portugal ser um país exemplar e demonstrar uma das legislações mais abrangentes em matéria de educação inclusiva, continua a enfrentar desafios como uma taxa elevada de isolamento dos alunos imigrantes, uma das taxas mais baixas de professores com competências na área da educação inclusiva, e uma falta de partilha de boas práticas dentro das salas de aula, o que se reflete nas disparidades nos resultados de aprendizagem e bem-estar dos alunos com contexto desfavorecidos e/ou de origens diversas, alunos de famílias com baixos rendimentos renda, alunos de origem imigrante e alunos de comunidades ciganas.

Concluiu-se que o desafio principal em Portugal não se encontra na inclusão relativa à integração inicial dos estudantes, que se relaciona também com o favorável exemplo de implementação de políticas e leis nacionais, mas sim à inclusão contínua dentro da sala de aula. A dificuldade encontra-se na manutenção e gestão do bem-estar e

do bom aproveitamento escolar destes alunos durante o seu percurso na escola. Os indicadores onde Portugal apenas apresenta dois medidores de inclusão abaixo da média europeia são o abandono escolar precoce e o Bem-Estar Escolar.

A educação obrigatória não deve ser vista pelos governos, escolas e sociedade civil como uma obrigação, mas sim como uma visão para o futuro. É necessário transformar e moldar a sala de aula enquanto espaço inclusivo, colaborativo e onde é possível aprender não só a nível pedagógico, mas também reunir boas práticas e adquirir qualidades pessoais que se irão naturalmente refletir na sociedade civil do futuro. Desta forma, é fundamental e necessário concentrar esforços e recursos para que seja possível estabelecer uma colaboração intersectorial que tenha um impacto na transformação sistémica da educação inclusiva a nível nacional.

Desta forma foram apresentadas cinco recomendações que concentram os esforços nacionais de forma a transformar a educação inclusiva. A primeira foca-se no fortalecimento das estratégias de monitorização e avaliação, através da definição de indicadores, metas e compromissos nacionais. A segunda recomendação evidencia a consolidação da administração de recursos e financiamento, implementando iniciativas, colaborações e políticas que se concentram em promover um maior apoio financeiro, técnico e político a nível nacional. A terceira recomendação apoia a melhoria e incentivo à comunicação e partilha de boas práticas entre os profissionais do sistema de ensino. Com esta recomendação não pretendo sugerir a implementação de práticas que devem ser implementadas a nível nacional, mas sim recordar o impacto que a comunicação pode gerar na transformação sistémica relativa a práticas implementadas que se focam em melhorar a inclusão na educação. A quarta recomendação remete ao principal, e mais urgente, desafio enfrentado não só pela educação inclusiva em Portugal, mas para o sistema educativo nacional em geral. É fortemente necessário começar a atribuir o devido valor à formação e profissão dos professores e profissionais de ensino. A quinta recomendação reforça um dos principais componentes de qualquer mudança sistémica duradoura, a colaboração intersectorial. É necessário ouvir as vozes e opiniões dos diferentes setores. Desta forma, articular comunicação entre as escolas e instituições focadas na inclusão na educação, na perspetiva do desenvolvimento de projetos de parceria que apoiem a inclusão escolar de populações específicas, irá certamente criar um compromisso de transformação.

BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- All Means All. (2018). Portugal's New School Inclusion Law: A small country taking big steps in the spirit of "All Means All". *All Means All*. Obtido de <https://allmeansall.org.au/portugals-new-school-inclusion-law-small-country-taking-big-steps-spirit-means/>
- ALVES, I., PINTO, P. C., & PINTO, T. J. (19 de Outubro de 2020). Developing inclusive education in Portugal: Evidence. Obtido de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11125-020-09504-y>
- ANDREWS, A. (8 de Setembro de 2022). E-Consultation: Accessing Information in the Digital Era. *Accessing Information in the Digital Era: Artificial Intelligence, e-Governance and Access to Information*. Obtido de <https://www.sdg16hub.org/iduai>
- CERNA, L. (23 de Março de 2022). *Towards a more inclusive education system in Portugal*. Obtido de OECD Education Today: <https://oecdeditoday.com/portugal-inclusive-education/>
- Comissão da União Africana. (2015). *Agenda 2063. A África que Queremos*. Obtido de https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf
- Comissão Nacional da UNESCO. (2023). *Cátedras UNESCO*. Obtido de Comissão Nacional da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/redes-unesco/catedras-unesco>
- Comissão Nacional da UNESCO. (2023). *Escolas Associadas da UNESCO*. Obtido de Comissão Nacional da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/redes-unesco/escolas-associadas-da-unesco>
- Decreto-Lei n.º 54/2018, Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, páginas 2918 - 2928 (Presidência do Conselho de Ministros Julho de 2018). Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>
- Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO. (2023). *Reservas da Biosfera*. Obtido de Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO. (s.d.). *Arquivo - 1965 -1971*. Obtido de Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO: <https://unesco.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/arquivo/1965-1971>
- Diário do Governo n.º 148/1975, 2º Suplemento, Série I de 1975-06-30, páginas 67 - 70 (Conselho da Revolução 1975). Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/148-1975-75844>
- Direção-Geral da Educação. (s.d.). *Transforming Education Summit 2022*. Obtido de Direção-Geral da Educação: <https://www.dge.mec.pt/noticias/transforming-education-summit-2022>
- Education 2030. (2016). *Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal 4: Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all*, p. 86. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656.locale=en>
- EurOcean. (2023). *Mário Ruivo Memorial Lecture*. Obtido de EurOcean: <https://eurocean.org/mario-ruivo-memorial-lecture/>
- Global Education Monitoring Report Team. (2016). *Education for people and planet: creating sustainable futures for all, Global education monitoring report*. UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245752.locale=en>
- International Commission on Education for the Twenty-first Century. (1996). *Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century*. France: UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000102734.locale=en>
- International Commission on the Development of Education. (1972). *Learning to be: the world of education today and tomorrow*. France: UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000001801.locale=en>
- International Commission on the Futures of Education. (2021). *Reimagining our futures together: a new social contract for education*. France: UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707.locale=en>

- MAGALHÃES, J. C. (1996). *Portugal e as Nações Unidas: a questão colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- National Geographic Society. (2023). *UNESCO*. Obtido de National Geographic: <https://education.nationalgeographic.org/resource/unesco/>
- OCDE. (2022). *Review of Inclusive Education in Portugal, Reviews of National Policies for Education*. OCDE, Reviews of National Policies for Education, Paris, France. Obtido de <https://doi.org/10.1787/a9c95902-en>
- ONU. (1945). *Carta das Nações Unidas*. Nova Iorque: Nações Unidas. Obtido de <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>
- (2022). *Portugal National Consultation Report*. Transforming Education Summit. Obtido de https://transformingeducationsummit.sdg4education2030.org/system/files/2022-09/Portugal_NC%20Report.pdf
- (2022). *Portugal National Statement of Commitment*. Transforming Education Summit. Obtido de https://knowledgehub.sdg4education2030.org/system/files/2022-09/Portugal_National%20Statement%20of%20Commitment.pdf
- RODRIGUES, L. N. (2006). Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946-1965). *Relações Internacionais*, 167-181. Obtido de https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri12/RI12_16LNRodrigues.pdf
- SANTOS, R. V. (2021). Relações diplomáticas entre Portugal e a UNESCO - A visita de Amadou-Matar M'Bow a Portugal em agosto de 1977. *Revista Portuguesa de História*, 24. Obtido de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/28754/1/article_96063.pdf
- SAYYAD, A. (2021). *UNESCO explained to a young diplomat*. France: Éditions You Feng, Librairie & Edition.
- SDG 4 High-Level Steering Committee. (2022). From commitment to action. *A guidance note for translating national commitments into action in follow-up to the Transforming Education Summit*, p. 13. Obtido de

<https://transformingeducationsummit.sdg4education2030.org/system/files/2023-01/TES%20follow-up%20guidance%20note%20-%20ENG.pdf>

SDG-Education 2030 Steering Committee. (2016). SDG-Education 2030 Steering Committee: Terms of Reference. *SDG-Education 2030 Steering Committee* (p. 8). UNESCO.

Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000249634.locale=en>

SIC Notícias. (2023). Faltarão 34.500 professores ao sistema de ensino em 2030. *SIC Notícias*. Obtido de <https://sicnoticias.pt/pais/2023-09-11-Faltarao-34.500-professores-ao-sistema-de-ensino-em-2030-f6e29559>

Special Adviser of the Secretary-General on the Transforming Education Summit and the UNESCO Transforming Education Summit Secretariat. (2023). *Report on the 2022 Transforming Education Summit*. United Nations.

TEIXEIRA, N. S. (2004). O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. *Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI)*, 7. Obtido de <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/o-25-de-abril-e-a-pol%C3%ADtica-externa-portuguesa>

Transforming Education Summit 2022. (2022). *Guidelines for National Consultations*. Obtido de https://knowledgehub.sdg4education2030.org/system/files/2022-07/TES_Guidelines%20for%20National%20Consultations_EN.pdf

Transforming Education Summit 2022. (2022). Youth Declaration on Transforming Education. *Transforming Education Summit 2022*.

Transforming Education Summit. (2022). Vision Statement of the Secretary-General on Transforming Education. *Transforming Education: An urgent political imperative for our collective future*, p. 8. Obtido de https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2022/09/sg_vision_statement_on_transforming_education.pdf

UNESCO. (1972). Report of the Director-General on the activities of the Organization in 1971, communicated to Member States and the Executive Board in accordance with Article VI.3.b of the Constitution. *UNESCO. General Conference, 17th session, 1972*, (p. 266). Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002957.locale=en>

- UNESCO. (1989). Yamoussoukro Declaration on Peace in the Minds of Men. *International Congress on Peace in the Minds of Men, Yamoussoukro*, (p. 3). Paris, France. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000090471.locale=en>
- UNESCO. (1995). Em F. M. VALDERRAMA, *A History of UNESCO* (p. 469). France: UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000101722.locale=en>
- UNESCO. (1995). *A Escuta da Africa: o desenvolvimento social as prioridades da Africa: relatório final*. Paris. Obtido de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000100992_por.locale=en
- UNESCO. (2010). UNESCO. *UNESCO: o que é? O que faz?*, p. 40. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000188700.locale=en>
- UNESCO. (2018). 39 C/5 Approved programme and budget 2018-2019: first biennium of the 2018-2021 quadrennium. *UNESCO. General Conference, 39th, 2017*, (p. 419). Paris, France. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261648.locale=en>
- UNESCO. (2019). Plano de Ação Prioritário para a Igualdade de Género da UNESCO: 2014-2021, revisão de 2019. *Unesco. Conferência Geral, 37*, (p. 84). Paris, France. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370905.locale=en>
- UNESCO. (2020). *Rede de Escolas Associadas da UNESCO: guia para membros*. UNESCO. Obtido de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368992_por.locale=en
- UNESCO. (2021). *Women, robots and a sustainable generation: reading artworks envisioning education in 2050 and beyond*. France: UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375578.locale=en>
- UNESCO. (2022). Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. p. 29. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382500.locale=en>
- UNESCO. (2022). Rules of Procedure of the General Conference. p. 92. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380874.locale=en>

- UNESCO. (2023). *About the Natural Sciences Sector*. Obtido de UNESCO: <https://www.unesco.org/en/natural-sciences/about>
- UNESCO. (2023). Abuja Declaration on Global Financing for Media and Information Literacy: an imperative to fight against disinformation and build trust. *Global Media and Information Literacy Week*, (p. 7). Paris, France. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384461.locale=en>
- UNESCO. (2023). *Communication & Information. Promoting free flow of ideas by word and image*. Obtido de UNESCO: <https://www.unesco.org/en/communication-information?hub=370>
- UNESCO. (2023). *Dia Mundial da Língua Portuguesa*. Obtido de UNESCO: <https://pt.unesco.org/commemorations/portuguese-language-day>
- UNESCO. (2023). *General Conference*. Obtido de UNESCO: <https://www.unesco.org/en/general-conference>
- UNESCO. (2023). *MAB Youth*. Obtido de UNESCO: <https://en.unesco.org/mab-youth>
- UNESCO. (2023). *Member States*. Obtido de UNESCO: <https://www.unesco.org/en/countries>
- UNESCO. (2023). *Social & Human Sciences for just, inclusive, resilient and democratic societies*. Obtido de UNESCO: <https://www.unesco.org/en/social-human-sciences>
- UNESCO. (2023). *The Ocean We Want for the Future We Need*. Obtido de UNESCO: <https://www.unesco.org/en/ocean>
- UNESCO. (2023). Transforming education for the future. p. 16. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382765.locale=en>
- UNESCO. (2023). *World Heritage List*. Obtido de UNESCO World Heritage Convention: <https://whc.unesco.org/en/list/>
- UNESCO. (2023). *World Heritage List*. Obtido de UNESCO: <https://whc.unesco.org/en/list/>
- UNESCO Global Geopark. (2023). Geoparques UNESCO em Portugal. Obtido de https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Ci%C3%A7%C3%A2ncia/panfleto_geoparques_pt_-_revisao_2_impressao.pdf

- UNESCO Institute for Statistics & Global Education Monitoring Report. (2022). *Setting commitments : national SDG 4 benchmarks to transform education, 2022*. Paris, France: UNESCO Institute for Statistics & Global Education Monitoring Report. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382076.locale=en>
- UNESCO Intangible Cultural Heritage. (2023). *Browse the Lists of Intangible Cultural Heritage and the Register of good safeguarding practices*. Obtido de UNESCO Intangible Cultural Heritage: <https://ich.unesco.org/en/lists>
- UNESCO. Assistant Director-General for Education, 2.-2. (., & UNESCO. (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*. Brasil: UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508.locale=en>
- United Nations Transforming Education Summit 2022. (2022). Investing More, More Equitably and More Efficiently in Education. *Call to Action*. Obtido de https://knowledgehub.sdg4education2030.org/system/files/2022-09/TES%20SS6_Financing%20Education_CtA_8%20September_Web.pdf
- United Nations Transforming Education Summit 2022. (2022). Vision Statement of the Secretary-General on Transforming Education. *Transforming Education: An urgent political imperative for our collective future*. Obtido de https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2022/09/sg_vision_statement_on_transforming_education.pdf
- United Nations Transforming Education Summit 2022. (s.d.). Overview of key roles in the Thematic Action Tracks. *Transforming Education Summit 2022*. Obtido de https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/thematic_action_track_roles.pdf
- Universidade de Lisboa. (2023). Lançamento da Cátedra UNESCO Futuros da educação. *Universidade de Lisboa*. Obtido de <https://www.ulisboa.pt/noticia/lancamento-da-catedra-unesco-futuros-da-educacao>

LISTA DE FIGURAS

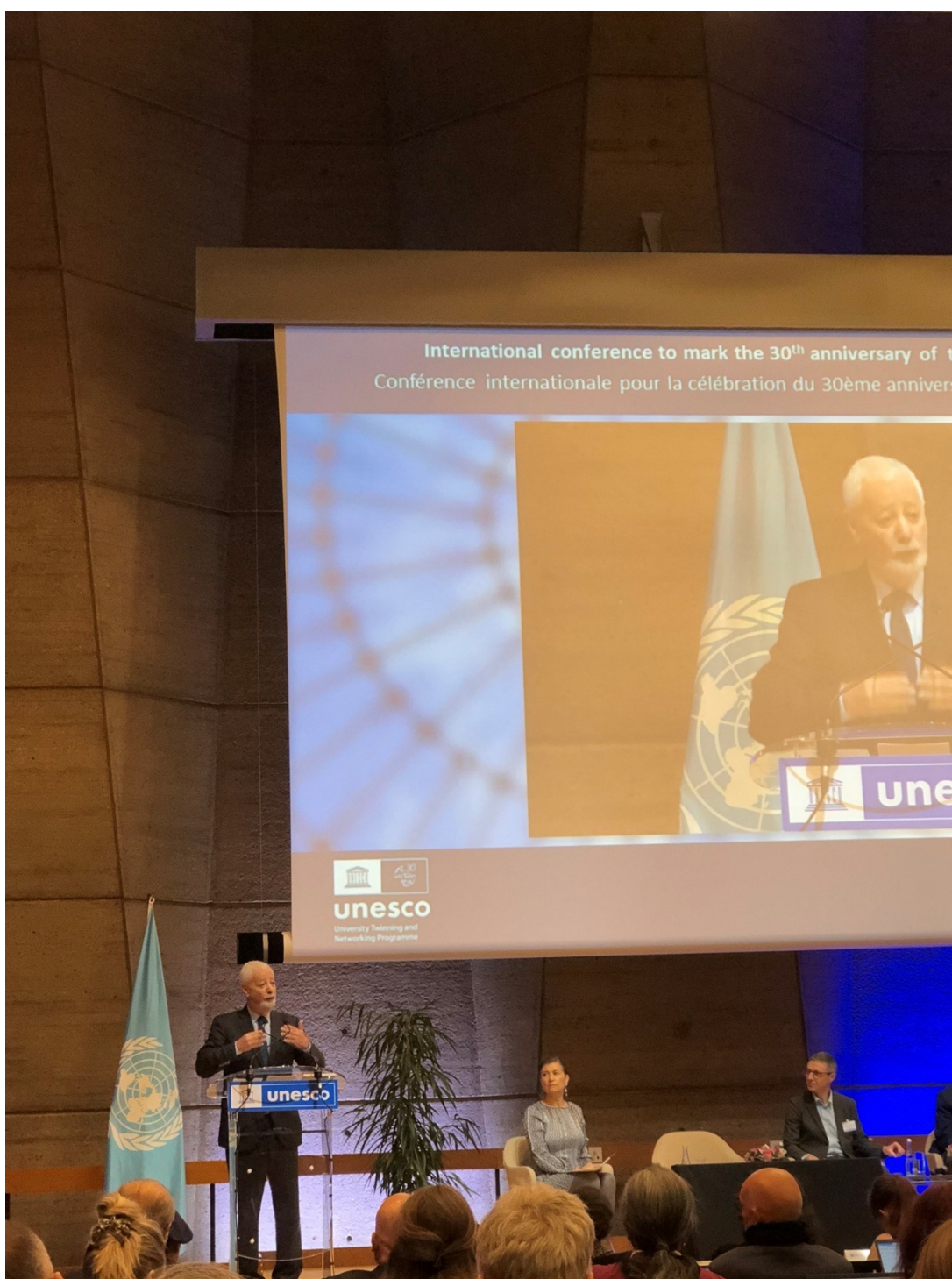
Figura 1 - UNESCO e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	7
Figura 2 - Organismos internacionais e intergovernamentais da UNESCO	9

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Linhas de Ação e os Compromissos de Portugal.....	31
--	----

ANEXOS

Anexo 1 – Discurso do Professor António Sampaio da Nóvoa na Conferência Internacional da celebração do 30º aniversário do Programa de Cátedras UNITWIN / UNESCO.



**Anexo 2 - Relatório Final da Conferência Internacional da celebração do 30º
aniversário do Programa de Cátedras UNITWIN / UNESCO.**

Relatório Final

**Conferência Internacional da celebração do 30º aniversário do
Programa de Cátedras UNITWIN / UNESCO**

Transformando o conhecimento para um futuro mais justo e
sustentável.

UNESCO Paris 3 - 4 novembro 2022

Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO

Entregue a 8 de novembro de 2022

Dia 1 – Quinta-feira, 3 de novembro de 2022

Sessões da Conferência

Abertura

A sessão de abertura foi moderada por Stefania Giannini - Diretora-Geral Adjunta para a Educação, UNESCO; Audrey Azoulay - Diretora-Geral, UNESCO; e Sylvie Retailleau - Ministra do Ensino Superior e Investigação, França.

Olhar para trás para ver em frente: Reflexões sobre as Cadeiras Universitárias UNESCO e o Programa de Networking

Federico Mayor Zaragoza - Presidente da Fundación Cultura de Paz (Madrid) e antigo Diretor-Geral da UNESCO (1987-1999).

O Professor Federico Mayor Zaragoza, segundo a moderadora Stefania Giannini, foi o motor deste programa (UNITWIN/UNESCO) que teve o seu começo no ano de 1992, com o objetivo de impulsionar um sistema integrado de investigação, formação e atividades em diversos campos. Construindo redes universitárias e encorajando a cooperação interuniversitária através da partilha de conhecimentos e competências além das fronteiras.

A comunicação do Professor Federico foi marcante pela mensagem que deixou e por todo o seu percurso nesta organização. Falou-se na necessidade de um novo conceito de segurança remetendo para os deveres intergeracionais de 1997. Foi sublinhada ainda a importância da solidariedade moral e intelectual e refletiu-se sobre a falta de ação da Europa quando o ex-presidente Donald Trump não assinou a Agenda 2030.

A Transformação dos Conhecimentos Comuns: Perspetivas do Sul Global

Esta sessão contou com o Professor Achille Mbembe - Universidade de Witwatersrand, África do Sul - como orador.

Durante esta comunicação o Professor Mbembe levantou questões que consideramos importante destacar, tais como: *Qual o estado do nosso conhecimento nos dias de hoje? Para que é usado o nosso conhecimento e para quem serve? Podemos discutir isto?* No seguimento destas questões falou-se na política do conhecimento e na situação tecnolológica (*Techno-Ecological Synergy*), sendo esta uma responsabilidade para a inovação da democracia.

Segundo o Professor da Universidade de Witwatersrand, a nossa estável relação com este mundo é fulcral para o poder do conhecimento. Insistiu-se na ideia de que é importante usar o pensamento crítico para entender o passado de forma a contribuir para “um amanhã” melhor. Falou também em *inteligência com significado* e no Globo Sul aliado à importância do conhecimento.

Apresentou um discurso relevante centrado na relação entre o conhecimento, o mundo, a tecnologia e o ser humano, focando-se no vínculo entre o mundo que nos rodeia e os seres vivos que nele habitam, sublinhando a importância desse equilíbrio. Falou-se também no eurocentrismo e em como novas formas de pensar nos colocam noutras direções e patamares, neste seguimento e por fim abordou-se o comportamento político (*political behaviour*) em prol do bom funcionamento das organizações.

Discussão e comentários

Por fim, na discussão que pôs termo à primeira sessão da manhã do primeiro dia da Conferência Internacional da celebração do 30º aniversário do programa Cátedras UNITWIN/UNESCO, falou-se num conceito que pensamos ser fulcral para este tema e para o futuro: *Global citizenship*. Este tema dá abertura para uma longa discussão e possivelmente para uma solução a longo prazo no combate às desigualdades. Em nota de conclusão, falou-

se ainda da importância da interpretação e da linguagem como ferramentas básicas e fundamentais que servem de estrutura e contribuem para o real entendimento de todos os tópicos essenciais anteriormente referidos.

Painel do primeiro Plenário

Respondendo a Crises Multidimensionais: Implicações para a investigação

A introdução e moderação deste plenário foi feita por **Georges Haddad** - ex-Presidente da Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne e fundador da Cadeira UNESCO em Antropologia Digital.

Nesta comunicação destacam-se questões como a cooperação académica, a transdisciplinaridade e o desenvolvimento de perícia. Georges deu ênfase ao Relatório Legislativo de Educação e contou a história de como se deparou com a criação das Cátedras da UNESCO. Em 1989, Georges fez o seu primeiro discurso quando, precisamente nessa altura, a UNESCO e o desenvolvimento do ensino superior e da investigação começaram a serem tema de conversa.

Georges Haddad, na sua comunicação, fez uma relação entre a UNESCO e o ensino superior em que explicou porque existem as cátedras da UNESCO e mencionou os fundadores, sublinhando a forma como as cátedras da UNESCO tiveram um impacto importante no Sul, especialmente nos países em desenvolvimento. O Professor concluiu o seu discurso com uma homenagem a Federico Mayor.

O discurso seguinte, realizado por **Katja Hujo** - Coordenadora Sénior de Investigação, Instituto de Investigação das Nações Unidas para Desenvolvimento Social (UNRISD) - fez referência ao “*UNRISAD Flagship Report 2022 Crises of Inequality: Shifting Power for a New Eco-Social Contract*”, centrando-se na questão “Como chegámos a esta fase?”. O relatório aborda a pobreza e todos os problemas e mudanças reais no nosso estado atual mundial. O principal objetivo é apresentar um recurso chave sobre como combater as desigualdades.

A investigadora refletiu também sobre a necessidade de uma consciência planetária e de mais vias sustentáveis para alcançar a justiça social e climática. Torna-se fundamental, segundo a autora, usar o poder político para dar voz a estes problemas e combater a polarização social e política. Por fim, Hujo questiona: “Como é que ainda não se alcançaram os direitos humanos para todos?”

Por fim, **Adrian Parr** - Reitor, Colégio de Design, Universidade de Oregon e Professor de Planejamento, Política Pública e Gestão. Membro do Grupo Global de Peritos Independentes da UNESCO sobre as Universidades e a Agenda 2030 - fez referência ao abrangente relatório, publicado por este grupo anteriormente referido, da UNESCO, de 2022, intitulado de “*Knowledge-driven actions: Transforming higher education for global sustainability*”. Também mencionou a Agenda 2030, estabelecendo uma ligação entre a linguagem e a importância da interpretação, definindo dois argumentos. O primeiro sobre a urgência da necessidade de criar e fazer circular conhecimento, e o segundo a respeito de ser imperativo para as instituições de Ensino Superior manterem uma mente aberta para a descolonização e coprodução do conhecimento.

A discussão foi introduzida por:

Alain Chouraqui - Presidente da UNESCO " Éducation à la citoyenneté, sciences de l'homme et convergence des mémoires ", Aix Marseille Université, França. Falou da sua própria experiência, bem como da sua cadeira na UNESCO. Fez também referência às 5 dimensões da investigação:

- 1ª dimensão: Tempo, através de uma linha que interliga o passado, o presente e o futuro. Explicando que precisamos de dedicar-nos à investigação com base nas experiências passadas, pois o presente não é suficiente para nos ensinar;
- 2ª dimensão: Disciplina, tendo em consideração os diferentes fatores sociais, económicos e políticos e a importância de construir uma capacidade interdisciplinar e transdisciplinar;
- 3ª dimensão: Participação, contributo e investigação para criar um impacto eficaz;
- 4ª dimensão: Abordagem internacional e considerar o que temos em comum com

base nas nossas experiências culturais; ex.: genocídio;

- 5ª dimensão: Considerar os diferentes níveis de investigação.

Josje van der Linden - Presidente da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida, Juventude e Trabalho, Gulu Universidade, Uganda.

Sana Al Sarghali - Presidente da UNESCO para os Direitos Humanos, Democracia e Paz, Universidade Nacional de Najah, Palestina. A autora refletiu sobre o *New Eco-Social Contract*, bem como a relação entre cidadãos, governos e a natureza. Mencionou também a importância de partilhar este novo *Contrato* com os Jovens. Não só para partilhar o significado e conhecimento do mesmo, mas também a importância de envolver os jovens e trabalhar em rede. Sublinhou também a importância da compreensão das crises para as suas resoluções, referindo ainda a dimensão da questão da linguagem e interpretação como meio para o seu entendimento.

Peter Haugan - ex-Presidente da Comissão Oceanográfica Intergovernamental de UNESCO

Hillegje van't Land - Secretário-Geral, Associação Internacional de Universidades. Sublinhou o papel fulcral das universidades para uma cooperação inclusiva e também através da ligação de disciplinas.

Discussão e comentários

Foi assinalada a celebração do Dia Internacional das Reservas da Biosfera, a 3 de novembro, considerando esta cerimónia como um convite à inspiração de soluções já implementadas, nesses espaços, com o objetivo de construir e promover um desenvolvimento genuinamente sustentável em todos os lugares, com total respeito pela natureza e pelo mundo vivo.

Mensagem da Sra. Audrey Azoulay, Diretora-Geral da UNESCO

"Para melhorar a nossa relação com a natureza, devemos primeiro melhorar a nossa compreensão de como afetamos o mundo vivo que nos sustenta – e vice-versa. Todos os dias,

essa procura acontece em 738 locais em 134 países ao redor do mundo: a Rede Mundial de Reservas da Biosfera."

Dia 2 – Sexta-feira, 4 de novembro de 2022

Painel do segundo Plenário

Reimaginar juntos os nossos Futuros: Perspetivas da Alfabetização para Futuros

Esta sessão teve como questão principal os desafios e incertezas do nosso tempo e a necessidade de ligar o conhecimento à conceção de políticas inclusivas, e ainda à tomada de decisões utilizando a investigação, a evidência e a inovação, que se pensam ser fundamentais para a transformação social.

A introdução e moderação deste plenário foi executada por **Gabriela Ramos** - Diretora-Geral Adjunta de Ciências Sociais e Humanas da UNESCO. Este plenário procurou revelar como a *Literacia* e os *Estudos para o Futuro* podem permitir a liderança criativa e também a abordagem desta complexidade através de uma aproximação ao desenvolvimento baseado nas capacidades.

Os discursos do painel foram introduzidos por **Julius Gatune** - Professor de Sistemas Sociotécnicos Antecipatórios, Dedan Kimathi Universidade de Tecnologia no Quénia. O Professor começa a sua reflexão sobre a capacidade de antecipação na tomada de decisões, argumentando o facto de atualmente nos encontrarmos demasiado concentrados no nosso futuro. O professor argumentou também que apesar do futuro ainda não existir, o ser humano utiliza o recurso à imaginação para o fazer antecipar. Exemplificando este argumento com a pandemia, referindo-se a um contexto de mudança, foi discutida a necessidade de aplicar capacidades resilientes para nos adaptarmos à mudança que por vezes a imaginação não antecipa.

O primeiro discurso deu-se por **António Nóvoa** - Reitor Honorário e Professor de Educação na Universidade de Lisboa em Portugal e Membro da Comissão Internacional

sobre o Futuro da Educação. A sua comunicação centrou-se no futuro e no Relatório realizado pela comissão internacional sobre o Futuro da Educação. Seguindo a afirmação, "Não é através do futuro e da antecipação, mas sim através das boas ideias do momento e do presente", o professor declarou que as ideias que demonstram um maior interesse não se originam pela antecipação do futuro, mas sim pelas ideias de resposta dadas no momento do presente.

Este relatório baseia-se na capacidade de audição e de interpretação, seguindo uma abordagem básica dos conceitos de direitos humanos, adaptabilidade e hospitalidade. Apresentando também uma reflexão sobre o mundo. A expressão "Libertar o Futuro", trata-se de respeitar a esperança, que é entendida como o cenário dos futuros líderes. O Professor refletiu ainda sobre a importância de um olhar com esperança e análise crítica e procurar sentido nos nossos esforços para mudar o presente. Em tom de conclusão, foi argumentado que, mais do que prever ou antecipar, é importante trabalhar em conjunto para o nosso futuro de forma a celebrarmos um bem comum para o futuro da educação.

De seguida, tomou a palavra **Lydia Garrido** - Diretora da Rede de Laboratórios de Futuros e Cátedra UNESCO sobre Antecipação e Resiliência Sociocultural no Instituto Sul-Americano de Estudos de Resiliência e Sustentabilidade no Uruguai. O seu discurso focou-se no apelo ao justo e correto usufruto da alta competência em inovação no nosso mundo. Deu ênfase às questões relacionadas com a forma como as pessoas tradicionalmente se relacionam e lidam com o futuro, os seus problemas e se é necessário algum tipo de inovação para resolver estes problemas. Referindo-se especificamente à tecnologia e à engenharia da inovação, foi imposta a questão de que possibilidade tem estes setores de atividade para trabalhar em conjunto de forma a resolver problemas não só na educação, mas também em outros contextos distintos, e se será possível recorrer à utilização da inovação para ver o futuro de uma forma diferente.

Alexandre Caldas - Chefe de Divulgação do País no Ramo de Tecnologia e Inovação na Divisão de Ciência, Programa das Nações Unidas para o Ambiente. Posteriormente assinalou as alterações climáticas como um desafio para a humanidade e seguiu o seu discurso com um conjunto de medidas fundamentais para alterar o rumo do nosso futuro:

- Proceder à compreensão da necessidade de alterar o pensamento sobre ações futuras,

considerando alternativas. Desta forma será possível antecipar ações sobre diversos temas e seguidamente transformar o conhecimento.

- Reconhecer a importância da interligação dos 5 pilares em que as Nações Unidas agem.
- Recorrer a dados e conhecimentos existentes de forma a prevenir e construir uma combinação de cenários possíveis, construindo modelos de sistema e obtendo um melhor impacto.

Seguidamente, **Martin Calnan** - Cátedra UNESCO de Alfabetização de Futuro na École Des Ponts Business School em França. Concentrou o seu comentário no setor financeiro. Argumentando que os mecanismos de finanças apresentam uma grande importância na valorização dos projetos relativos ao futuro e que se torna necessário agir no presente para mudar o futuro, dando ênfase ao argumento de que é necessário as pessoas no setor da educação modificarem também a maneira como observam a narrativa para alterar o futuro.

Concluindo, **Chris Earney** - UN Futures Lab. Refletiu sobre a agenda comum ser o ponto de partida para agir sobre o futuro e que existem duas possibilidades de observar e refletir sobre o futuro, de forma negativa e desfavorável, ou de forma vantajosa e construtiva.

Este debate revelou como a UNESCO, no seu papel de promover a Agenda Comum das Nações Unidas e as Cátedras UNESCO de Literacia e Estudos para o Futuro podem reforçar o diálogo através do ecossistema da ONU e dos seus Estados Membros, com o objetivo de conceber uma conexão mais forte entre a investigação e a política, e de aumentar as capacidades para conceber políticas e programas direcionados para o futuro. Torna-se relevante mencionar também que a alfabetização para o Futuro faz parte do Programa de Gestão de Transformações Sociais e Humanas da UNESCO.

Discussão e comentários

No final foi aberta uma sessão de perguntas ao público, das quais destacamos quatro. A primeira sobre a possibilidade de reimaginar um futuro para todos, “Os estudantes desfavorecidos não são capazes de reimaginar o seu futuro (segundo estudo feito em Itália sobre este tema)”. “Como podemos dar a todos a possibilidade de imaginar o futuro, especialmente através da educação para mover a barreira desta desigualdade?” A segunda

questão, relevante, foi relativamente ao pensamento crítico dos estudantes e como é que isso muda o paradigma do ensino e da educação. A penúltima pergunta foi relativamente aos jovens que não podem antecipar o futuro visto que estamos perante uma situação crítica. “Criamos nós uma ilusão sobre o futuro que está errada”. Por fim, a última questão/constatação reflete a preocupação relativamente “aos contos de fadas da imaginação” e no apelo ao raciocínio, “se criarmos razão criamos realidades”.

No que concerne ao retorno destas questões, foi convergente a opinião relativamente à importância da ação/pensamento coletivo na construção de um diálogo comum, refletindo novamente a Agenda 2030. No entanto divergem as opiniões relacionadas com a importância da imaginação. O Professor **António Nóvoa** relacionou a imaginação com a ação visto que a perceção do futuro tem um impacto no que vemos como uma possível ação no presente. Foi exemplificada a comparação da perceção de futuro de um ser humano numa situação mais desfavorável, que seria apenas de aproximadamente 24 horas, e a perceção de futuro de um ser humano que tem a possibilidade de imaginar um futuro mais longínquo, que irá criar o possibilitar o pensamento de tomar medidas de forma diferente.

O debate aberto concluiu com a questão referente à forma como podemos trabalhar com a imaginação e torná-la concreta. Estabeleceu-se assim o seguimento: Imaginação - Desenho - Ação/Implementação, e completou-se a necessidade de trabalhar com pressupostos antecipatórios, que fazem parte do pensamento crítico e podem mudar a forma como vemos o presente.

Anexo 3 – Relatório do Quadro da UNESCO sobre Cultura e Educação Artística.

Quadro da UNESCO sobre Cultura e Educação Artística

Nos termos do documento 211 EX/Decisão 39 adotada pelo Conselho Executivo em 2021, a UNESCO tem sido confiada pelos seus Estados-Membros para se empenharem no desenvolvimento de um Quadro para a Cultura e Educação Artística, com base no atual Road Map for Arts Education (2006) e na Agenda de Seul: Objetivos para o Desenvolvimento da Educação Artística (2010), a serem considerados para aprovação pelos Estados-Membros na Conferência Mundial da UNESCO sobre Cultura e Educação Artística, que será convocada como uma reunião intergovernamental de categoria II em Dezembro de 2023 nos Emirados Árabes Unidos.

Consulta Global

Foi um primeiro passo no processo preparatório inclusivo para o desenvolvimento do Quadro de referência que traça as tendências atuais e as necessidades políticas sobre as sinergias existentes entre educação e cultura nos Estados-Membros da UNESCO.

Foi distribuído um questionário a todos os 193 Estados-membros da UNESCO em março de 2022 para definir o ponto da situação no campo da educação cultural e artística, incluindo política educativa, abordagens e pedagogias.

Os inquiridos salientaram que no domínio da política, cultura e educação artística carece de um lugar fundamental por direito próprio. Os desafios identificados, que frequentemente ecoaram em todas as regiões, incluíram a adesão ministerial e o planeamento estrutural, a falta de orçamento e financiamento, bem como a baixa prioridade da educação artística e cultural dentro da política, das escolas e da comunidade em geral.

Além disso, a compartimentação e fragmentação no domínio da educação artística e cultural significa que surgiu uma dicotomia quanto à forma como a educação artística é compreendida e valorizada no campo da cultura; questões que também podem ser espelhadas dentro das várias disciplinas da própria educação artística.

Consulta Global com os Estados-Membros: Principais Conclusões

- Cecilia Barbieri, Chefe da Secção de Cidadania Global e Educação para a Paz, Sector da Educação, UNESCO.
- Ke Leng, Coordenador de Programas, Políticas Culturais e Desenvolvimento, Sector da Cultura, UNESCO.

As principais tendências declaradas na Consulta global com os Estados Membro foram: a) maior consciência da diversidade cultural; e b) evoluções chave na educação cultural e artística. Os principais objetivos da educação cultural e artística centram-se em: a) desenvolvimento de habilidades artísticas, impulsionando a criatividade e a inovação; b) reforçar as habilidades artísticas e as oportunidades de trabalho nos setores cultural e criativo; c) assegurar o acesso à cultura e à educação. As principais ações para garantir uma educação de qualidade estão relacionadas com: a) melhorar a cooperação e as redes entre os atores; b) construir e fortalecer as capacidades dos educadores; c) desenvolver currículo e as avaliações relacionadas.

Reunião Internacional de Peritos da UNESCO: Principais Mensagens

1. Importância do acesso à cultura e à educação artística;
2. Inclusão precisa de ser priorizada;
3. Aumento das oportunidades de utilização da tecnologia digital;
4. Priorizar a contextualização na educação cultural e artística;
5. Clarificar conceitos, temas, terminologias e abordagens;
6. Necessidade de fortalecer a cooperação entre ministros;
7. Construir e apoiar redes de operadores culturais e entidades locais, regionais e globais;
8. Reforçar a pesquisa e os dados baseados em evidências, como também os mecanismos de partilha de conhecimento.

Abertura: O discurso de abertura foi realizado pelos presidentes Sr. Arminas Varanauskas, Diretor Executivo no Fórum de Economia do Conhecimento (Lituânia), e a Sra. Liliane Inés Cuesta Davignon, Presidente e curadora responsável pela área da educação e comunicação do Museu Nacional de Cerâmica e Artes Decorativas em Valência (Espanha). Os comentários de boas-vindas, que se focaram na importância destas consultas e da arte e cultura na educação, foram executadas pelo Sr. Ramunas Skaudzius, Vice-Ministro, Ministério da Educação, Ciência e Desporto da Lituânia, e Isaac Sastre de Diego, Diretor-geral do Património Cultural e Belas Artes do Ministério da Cultura e Desporto de Espanha.

Todas as sessões seguiram a mesma estrutura. Iniciando com as intervenções de parte dos peritos delegados pelos Estados-Membros, seguido de um exercício respondendo às questões i) que boas práticas nacionais poderiam partilhar? ii) quais as lacunas na investigação? iii) que recomendações de iniciativas poderiam sugerir. Seguindo-se uma discussão aberta com todos os participantes.

A sessão 1 focou-se nas perspetivas, desafios, lacunas e necessidades na educação cultural e artística. Contou com intervenções dos peritos delegados pelos Estados-Membros¹³. Cada região tem prioridades diferentes, e a oferta de educação cultural e artística pode envolver vários modelos de oferta de educação. A cultura e a educação artística não são imunes a amplos desenvolvimentos sociais e políticos, que influenciam a compreensão conceptual, políticas e programas para a cultura e a educação artística.

A sessão 2 reforçou a promoção da integração da cultura nos processos educativos e TVET⁴, do património à criatividade e inovação, e contou com intervenções dos peritos delegados pelos Estados-Membros⁵. A educação cultural e artística proporciona um ensino

¹² Grupo I (Europa Ocidental e América do Norte) e Grupo II (Europa de Leste) organizados por Espanha e Lituânia de 30 a 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2023.

¹³ Áustria, Arménia, Canadá, República Checa, Chipre, Alemanha, Finlândia, França, Hungria, Letónia, Montenegro, Países Baixos, Polónia, República da Moldávia, e Eslovênia.

relevante que apoia diretamente uma educação de qualidade. Em particular, o Ensino e formação técnica e profissional pode ser aproveitado como uma forma de integrar a cultura e equipar os jovens com as habilidades necessárias para melhor aceder ao mundo do trabalho.

A sessão 3 salientou de que forma a educação cultural e artística fomenta sociedades inclusivas, adaptáveis e resilientes, destacando o papel das tecnologias digitais. Contou com intervenções dos peritos delegados pelos Estados-Membros. Realizaram-se questões relacionadas com o papel, o potencial e as lacunas das tecnologias digitais e sobre as capacidades existentes para desenvolver habilidades de pensamento crítico e o uso responsável de ferramentas digitais.

A sessão 4 articulou o fortalecimento dos direitos humanos e a defesa da diversidade cultural entre os sistemas educacionais. Contou com intervenções dos peritos delegados pelos Estados-Membros. Foram partilhados exemplos de boas práticas que visam o acesso de todos à cultura, bem como a integração de pessoas com maior risco de exclusão, tais como refugiados ou crianças com deficiência. Também vários programas para a preservação de diversidade linguística e cultural foram invocados. Analisou-se ainda que há comunidades que são não suficientemente representadas na sociedade, por exemplo, os ciganos.

A sessão 5 manifestou o papel das instituições culturais e pedagogias contextuais no fortalecimento das sociedades do conhecimento. Contou com intervenções dos peritos delegados pelos Estados-Membros. Em geral, há uma interação relativamente sustentada entre as instituições culturais, sejam elas organizações financiadas pelo Estado ou não-governamentais. Os peritos citaram casos de boas práticas a este respeito, desde a conexão entre a escola e os parceiros já tradicionais, como museus, até ao envolvimento de artistas locais. Ainda é necessária uma mudança de perspetiva, para que a Cultura e as Artes sejam vistas como geradores de valores que podem construir competências.

A última sessão concentrou-se na apresentação do rascunho inicial das prioridades e recomendações políticas comentadas ao longo de todas as sessões.

14 de março de 2023 - Reunião de informação sobre a preparação do Quadro da UNESCO
para a Cultura e a Educação Artística

Assunto: Reunião de informação sobre a preparação do Quadro da UNESCO para a Cultura e a Educação Artística (ref. 211 EX/Decision 39).

O discurso de abertura foi realizado pelo Diretor-Geral Adjunto para a Cultura, Ernesto Ottone R. e pela Diretora-Geral Adjunta para a Educação, Stefania Giannini. Focou-se nos progressos da revisão do Quadro de Cultura e Educação Artística, e na contemplação das sinergias entre cultura e educação como abase para um desenvolvimento sustentável.

A Diretora-Geral Adjunta para a Educação, Stefania Giannini, apresentou o alinhamento relativo ao Quadro, preparado para as necessidades do futuro e em conformidade com os ODS, particularmente o ODS 4 sobre educação de qualidade, a comunidade internacional apelou a uma transformação educacional ambiciosa.

Alinhou o Quadro à necessidade de fomentar uma compreensão profunda do significado da educação para a cultura e vice-versa, tendo em conta as recomendações da recente Iniciativa *Futures of Education* e o seguimento da Declaração Final dos Ministros da Cultura adotada na Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável.

O Quadro encontra-se alinhado ao 41 C/5 Programa e orçamentos aprovados no sentido em que “*reforça as sinergias entre cultura e educação para sociedades inclusivas, sustentáveis e resilientes*”, juntamente com a Decisão adotada pelo Conselho Executivo na sua 211 sessão.

De seguida procedeu-se a uma visão geral dos acontecimentos antecedentes à Conferência Mundial sobre Cultura e Educação Artística, em dezembro de 2023 nos Estados Árabes Unidos.

- **Março de 2022:** Inquérito Global aos Estados-Membros e a vários Intervenientes;
- **Maio de 2022:** Reunião Internacional de Peritos da UNESCO, 24-25 de maio de

2022 em Seul, República da Coreia;

- **Janeiro a fevereiro de 2023:** 5 Consultas regionais dos respectivos Grupos;
- **Março de 2023:** Lançamento de um inquérito na Cimeira Mundial de Educação Artística da WAAE, na Madeira, Portugal;
- **Maio de 2023:** 216ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO;
- **Maio de 2023:** Diálogo Multilateral, 25 e 26 de maio de 2023 na sede da UNESCO;
- **Junho a setembro de 2023:** Consulta com os Estados-Membros sobre o projeto de enquadramento;
- **Dezembro de 2023:** Conferência Mundial sobre Cultura e Educação Artística e adoção do Quadro na Conferência Mundial sobre cultura e educação artística.

Neste seguimento, o secretariado iniciou uma breve apresentação das principais conclusões de cada Consulta Regional para o futuro Quadro da UNESCO sobre Cultura e Educação Artística. As consultas contaram com um total de mais de 720 participantes, incluindo 261 peritos designados por 137 Estados-Membros.

A. Consulta Regional Conjunta dos Grupos Eleitorais I e II (Europa e América do Norte)

A Diretora do Gabinete de Ligação em Genebra e responsável do Gabinete Regional para a Ciência e Cultura na Europa em Veneza, Ana Luiza Thompson-Flores reportou que as consultas dos Grupos I e II, presididas por Espanha e Lituânia, contaram com mais de 15 horas de discussão e com mais de 200 participantes.

Os aspetos relevantes focaram-se na criação de uma base de dados comum que possibilite a partilha de conhecimentos e melhoria de práticas em toda a região; o reforço do investimento e do financiamento na educação formal e não formal; apoio à cooperação trans sectorial; e o aproveitamento das ligações entre cultura e educação artística, assim como os valores e princípios da cidadania global.

B. Consulta Regional do Grupo Eleitoral III (América Latina e as Caraíbas)

A Diretora do Gabinete Regional para a Educação na América Latina e Caraíbas em Santiago, Claudia Uribe Salazar, reportou os aspetos relevantes das consultas do Grupo III, presididas pelo Chile, que contaram com mais de 150 participantes. Focaram-se em assegurar o acesso a uma diversidade de expressões artísticas e culturais como um direito humano; na consideração das escolas como recursos culturais; no reconhecimento da cultura e educação artística como uma alavanca para o reforço da democracia, justiça social e paz; na abordagem das lacunas e necessidades da cultura e da educação artística, em particular no que diz respeito ao acesso e à inclusão.

C. Consulta Regional do Grupo Eleitoral IV (Ásia e Pacífico)

O representante do Gabinete Regional de Ciência da UNESCO para a Ásia e o Pacífico em Jacarta, Gunawan Zakki, reportou os aspetos relevantes das consultas do Grupo IV, presididas pela Indonésia, que contaram com mais de 100 participantes. Focaram-se no incentivo ao acesso e à participação em centros culturais como polos de aprendizagem; no apoio aos jovens como promotores da cultura e da educação artística; na valorização de recursos e práticas culturais para a educação não formal; e por último, no reforçar o papel dos museus e instituições culturais para a aprendizagem ao longo da vida.

D. Consulta Regional do Grupo Eleitoral V(a) (África)

O Diretor do Escritório Regional da UNESCO para a África Oriental em Nairobi, Hubert Gijzen, reportou os aspetos relevantes das consultas do Grupo V(a), presididas pelo Quênia, que contaram com mais de

170 participantes. Focaram-se no incentivo à incorporação de línguas africanas e conhecimentos indígenas; no apoio ao desenvolvimento das capacidades dos educadores; reforço da cooperação regional e a criação de parcerias; e na contribuição para a implementação da Estratégia Operacional para a Prioridade África 2022-2029.

E. Consulta Regional do Grupo Eleitoral V(b) (Estados Árabes)

A Especialista de Programas do Gabinete do Cluster da UNESCO para os Estados do Golfo e o Iémen em Doha, Farida Aboudan, reportou os aspetos relevantes das consultas do Grupo V(b), presididas pelo Sultanato de Omã, que contaram com mais de 100 participantes. Focaram-se na sensibilização para o impacto socioeconómico da educação cultural e artística; na promoção da cooperação inter-regional e de parcerias; incentivo à investigação e à construção do conhecimento; no apoio ao aumento do acesso a conteúdos digitais.

Concluindo, foi iniciado um diálogo entre os Estados-Membros. As intervenções focaram-se nas abordagens às definições de Cultura e Educação; no nível de participação esperado por parte das Delegações na Conferência Mundial em dezembro; e também na publicação online dos resultados de cada Consulta Regional.

**Anexo 4 - Reunião informativa sobre a décima sexta sessão do Comité
Intergovernamental para a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões
Culturais.**



Anexo 5 – Lista de Reuniões e Conferências durante o estágio.

19/10	215ª sessão do Conselho Executivo (primeiro dia de estágio)
27/10	Conferência “A Face Completa da Humanidade: Mulheres na liderança para uma sociedade justa”. Parceria entre a Caritas Internacionais com a Missão Observadora Permanente da Santa Sé junto à UNESCO.
02/11	Reunião de informação com os Estados-Membros on the appointment procedure of UNESCO External Auditors
03-04/11	Conferência Internacional da Celebração do 30º aniversário do Programa UNITWIN / UNESCO
09/11	Sessão Informativa sobre o Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação
10/11	1º Grupo de Trabalho Virtual Aberto sobre Juventude MAB
23/11	Comité Diretor de Alto Nível para o ODS 4 - A Noruega pediu uma reunião de consultas a fim de recolher a opinião e posição do do Grupo I antes da reunião dos dias 8 e 9 de dezembro.
24-25/11	33ª sessão do Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação
25/11	Comité Diretor de Alto Nível para o ODS 4 - Reunião de Coordenação da Consulta Regional
5/12	Consulta dos Constituintes da Região Europa
8-9/12	Reunião do Comité Diretor de Alto Nível para o ODS 4 Educação
18/01	Reunião informativa sobre a 16a sessão do Comité Intergovernamental para a

	Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais
19/01	Discussões sobre a Educação Superior: Educação Superior na Perspetiva de Género
23/01	Primeira Reunião do Comité Diretor Global de Ciência Aberta da UNESCO
25/01	Dia Internacional das Mulheres no Multilateralismo
25/01	Seminários das Cátedras UNESCO - O futuro do Ensino Superior: Seminário 1: Para além dos limites: Novas Formas de Reinventar o Ensino Superior
30/01	Reunião de informação sobre Cooperação mundial para o ODS 4 e o seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação
30/01 - 02/02	Consultas Regionais sobre Cultura e Educação Artística (Grupos Eleitorais I e II)
07- 10/02	16a Sessão do Comité Intergovernamental para a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais
07/02	Reunião de informação sobre Parceria para a Educação Verde
08/02	Lançamento do Relatório de Situação Global sobre Saúde e Nutrição Escolar
13/02	Reunião de Informação com as Delegações Permanentes sobre a revisão da Recomendação de 1974
15/02	Seminários das Cátedras UNESCO - O futuro do Ensino Superior: Seminário 2: Ações impulsionadas pelo conhecimento: Transformar o ensino superior rumo à Sustentabilidade Global
16/02	Mário Ruivo Memorial Lecture Reunião da Equipa Administrativa

06/03	Reunião de informação sobre a participação da UNESCO na Conferência das Nações Unidas sobre a Água 2023
08/03	Conferência Global UNESCO e Women@Dior 2023
14/03	Reunião de informação sobre a preparação do Quadro da UNESCO para a Cultura e a Educação Artística
15/03	Seminários das Cátedras UNESCO - O futuro do Ensino Superior: Seminário 3
28/03	3a reunião anual da Coligação Mundial para a Educação
31/03	Reunião de informação sobre os 30 anos do projeto "As Rotas dos Escravizados"
04/04	Reunião online de informação e promoção sobre o mecanismo de Assistência Internacional da Convenção de 2003
12/04	Reunião de informação sobre os programas e atividades da UNESCO no Afeganistão
13/04	Sessão de Informação para os Estados-Membros sobre Redução do Risco de Desastres

**Anexo 6 – Tabela do Arquivo Morto da Delegação de Portugal junto da UNESCO
(1982-2017)**

[illegible]

Anexo Maria da Graça: Preenchimento para o LNEEDC - Fevereiro de 2021 - Leontine para fazer cópia e envio para arguio da UNE			
Código de Arguio	Título das sessões / Assuntos	Datas	
PT5.1.10	PT5.1.2 - Assembléias dos Estados Partes da Convenção do Património Mundial XVI	2009 - 2011	
PT5.1.11	PT5.1.3 - Assembléias da Comissão do Património Mundial / Reuniones Periodicas	2005 - 2012	
PT5.1.12	PT5.1.21 - "Organismo das Cidades Criadoras Património Mundial"	1999 - 2012	
PT5.1.23	PT5.1.21 - Os aldeamentos do Juremã / Juremã para as cidades de Património Mundial	2006	
PT5.1.24	PT5.1.24 - Salvaguarda e Desenvolvimento das cidades de Aze	1999 - 2006	
PT5.1.25	PT5.1.25 (3) - Informação do Organ. Portuguesa	2009 - 2012	
PT5.1.26	PT5.1.26 (3) - Informação do Organ. Portuguesa	2004 - 2008	
PT5.1.27	PT5.1.26 - Património Urbano Históricas	2010 - 2011	
PT5.1.28	PT5.1.27 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.29	PT5.1.28 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.30	PT5.1.29 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.31	PT5.1.30 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.32	PT5.1.31 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.33	PT5.1.32 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.34	PT5.1.33 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.35	PT5.1.34 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.36	PT5.1.35 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.37	PT5.1.36 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.38	PT5.1.37 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.39	PT5.1.38 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.40	PT5.1.39 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.41	PT5.1.40 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.42	PT5.1.41 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.43	PT5.1.42 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.44	PT5.1.43 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.45	PT5.1.44 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.46	PT5.1.45 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.47	PT5.1.46 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.48	PT5.1.47 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.49	PT5.1.48 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.50	PT5.1.49 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.51	PT5.1.50 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.52	PT5.1.51 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.53	PT5.1.52 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.54	PT5.1.53 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.55	PT5.1.54 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.56	PT5.1.55 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.57	PT5.1.56 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.58	PT5.1.57 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.59	PT5.1.58 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.60	PT5.1.59 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.61	PT5.1.60 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.62	PT5.1.61 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.63	PT5.1.62 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.64	PT5.1.63 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.65	PT5.1.64 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.66	PT5.1.65 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.67	PT5.1.66 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.68	PT5.1.67 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.69	PT5.1.68 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.70	PT5.1.69 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.71	PT5.1.70 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.72	PT5.1.71 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.73	PT5.1.72 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.74	PT5.1.73 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.75	PT5.1.74 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.76	PT5.1.75 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.77	PT5.1.76 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.78	PT5.1.77 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.79	PT5.1.78 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.80	PT5.1.79 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.81	PT5.1.80 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.82	PT5.1.81 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.83	PT5.1.82 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.84	PT5.1.83 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.85	PT5.1.84 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1.86	PT5.1.85 - Património Mundial / Desenvolvimento Sustentável	2011 - 2012	
PT5.1			

[illegible]

Arquivo Morto da Delegação Permanente junto da UNESCO - Fevereiro de 2023 - Levantamento para fazer solicitação de envio para arquivo do MNE				
	Código de Arquivo	Título das pastas / Assuntos	Datas	
Educação				
Ciências				
Cultura e Património CLT / PT	PTR.1.19	PTR.1.19 - Património Subaquático (Janeiro - Junho)	2000	
		PTR.1.19 - Património Subaquático (Julho - Dezembro)	2000	
		PTR.1.19 - Património Subaquático (Janeiro - Abril)	2001	
		PTR.1.19 - Património Subaquático (Maio - Julho)	2001	
	PTR.1.19.1	PTR.1.19.1 - Património Subaquático (Agosto - Dezembro)	2001	
		PTR.1.19.1 - Património Subaquático	2002 - 2009	
	AC.2 AC.2.A	AC.2 - Convenção sobre as medidas a adotar para proibir e impedir a exportação e a transferência ilícita de bens culturais ratificada em 1985	2000 - 2003	
		AC.2.A - Convenção sobre as medidas a adotar para proibir e impedir a exportação e a transferência ilícita de bens culturais	2002	
	41a Sessão do Comité do Património Mundial	Cracovia (1)	2017	Dossier
	41a Sessão do Comité do Património Mundial	Cracovia (2)	2017	Dossier
	CL.15.DIV	CL.15.DIV - Diversidade Cultural	2004	
	PTR.1.18.G	CL.15.DIV - Diversidade Cultural Património Imaterial da Humanidade	2004 - 2005 1985 - 2002	
Comunicação e Informação INF	Telegramas Expedidos MNE	001 - 100	2010	
	Telegramas Expedidos MNE	101 - 190	2010	
	Telegramas Expedidos MNE	191 - 300	2010	
	Telegramas Expedidos MNE	191 - 264	2007	
	FOTOGRAFIAS de eventos realizados na UNESCO	FOTOGRAFIAS de eventos realizados na UNESCO	1989	
	Fado Nomination - File 1	Fado Nomination - File 1	2010	
	Fado UNESCO Intangible Heritage Section	Fado Nomination - File 2 - Supplementary Documentation	2010	
Diversos	CORREIO: entradas e saídas	ENTRADAS	1992 - 1993	
		ENTRADAS	1994 - 1995	
		ENTRADAS	1996 - 1998	
		ENTRADAS	1998 - 1999	
		ENTRADAS	1999 - 2001	
		ENTRADAS	2001 - 2003	
		ENTRADAS	2003 - 2005	
		ENTRADAS	2005 - 2007	
		ENTRADAS	2007 - 2008	
		ENTRADAS	2008 - 2010	
		SAÍDAS	1994 - 1998	
		SAÍDAS	1998 - 2002	
	CO.11.0.40F	CO.11.0.40F (1) - Fundo em Depósito	1998 - 1999	
		CO.11.0.40F (2) - Fundo em Depósito (C.P.)	1997 - 1998	
		CO.11.0.43F (1) - Fundo em Depósito (C.P.)	2000	
	CO.11.0.41F	CO.11.0.41F (2) - Fundo em Depósito (C.P.)	2001	
		CO.11.0.43F (3) - Fundo em Depósito (C.P.)	2002 - 2003	
	CO.11.0.42F	CO.11.0.42F (1) - Fundo em Depósito	2004	
		CO.11.0.42F (2) - Fundo em Depósito	2005 - 2006	
	ESP.21	ESP.21.1 - Processos Individuais das Primeiras Ministres	1990 - 2012	
		ESP.21.2 - Governo Leis orgânicas programas do governo	2000 - 2011	
	ESP.20	ESP.21.3 - Assembleia da República	2002 - 2012	
		ESP.20.2.1 - Processos Individuais dos Ministros dos Negócios Estrangeiros	2002 - 2011	
		ESP.20.2.2 - Processos Individuais Secretários e Sub Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros	1991 - 2011	
		ESP.20.3 - Reestruturação do MNE	1976 - 2012	
		ESP.20.8 - Secretário Geral e Diretores Gerais do MNE	1977 - 2012	
	ESP.35.DIV	ESP.35.DIV - CPLP	2007 - 2009	
		ESP.35.DIV - CPLP	2010 - 2011	
	Telegramas Recebidos	Telegramas Recebidos Missões	2010	Dossier
		Telegramas Recebidos Missões - REFER CPLP CON EUROPA DEL NATO	2010	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE - 001 - 100	2010	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE - 101 - 230	2010	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE - 231	2010	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE - 301	2010	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE - 206	2010	Dossier
		GCPLP	2003 - 2008	Dossier
	EXCIRE	Conselho Executivo - Comité Convergência e Reclamações	2008 - 2009	Dossier
	PTFR.4.1.2.1	Centro Regional para a Promoção do Livro Centro Cat. 2	2005 - 2009	
	PTFR.5.DIV.5	Astronomia e Património Mundial	2005 - 2007	
	CL.14.15	Declarações dos Princípios sobre os Bins Culturais Declarados durante a II Guerra Mundial	2009	
	Telegramas Recebidos	Telegramas Recebidos Missões - ONU	2007	Dossier
		Telegramas Recebidos Missões - NATO	2007	Dossier
		Telegramas Recebidos Missões	2008	Dossier
		Telegramas Recebidos - MNE 001 - 110	2007	Dossier
		Telegramas Recebidos - MNE 111 - 190	2007	Dossier
		Telegramas Recebidos - MNE - 001 - 080	2008	Dossier
		Telegramas Recebidos - MNE - 001 - 090	2009	Dossier
		Telegramas Recebidos - Embaixadas	2009	Dossier
		Telegramas Expedidos MNE	2009	Dossier
		Ofícios Expedidos	2009	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE 001 - 119	2008	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE 120 - 200	2008	Dossier
	Telegramas	Telegramas Recebidos MNE 201 - 300	2008	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE 001 - 130	2009	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE 131 - 250	2009	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE 251 - 380	2009	Dossier
		Telegramas Recebidos MNE 381 - 503	2009	Dossier
		Telegramas Recebidos Missões	2009	Dossier
	Candidaturas a D.G. UNESCO	Candidaturas a D.G. UNESCO	2009	
	OA.13.I	Inventário	1979 - 1987	Dossier
	OA.13.I	Inventário	1989 - 2010	Dossier
	Revisão Salarial	Revisão Salarial	1989 - 1993 1998 - 2006	Dossier
	Telegramas	Telegramas Expedidos MNE 081 - 157	2008	Dossier
	Cópias	Cópias	2008 - 2010	Dossier
	FRI	Lista dos bens adquiridos e Fundo de Relações Internacionais	2002 - 2010	Dossier
	ESP.32.2.6	Presidência Portuguesa Julho a Dezembro	2007	Dossier
	ESP.32.2.6	Presidência Portuguesa Julho a Dezembro	2007	Dossier
	AC.8 AC.25	AC.8 - Convenção Universal sobre o direito de autor	2000 - 2005	
		AC.25 - Convenção Europeia sobre a equivalência de diplomas que dão acesso a estabelecimentos universitários e seu Protocolo Adicional (Conselho da Europa)	1993	
		AC.26 - Convenção multilateral para evitar a dupla tributação dos direitos de autor	1989 - 2002	

Arquivo Morto da Delegação Permanente junto da UNESCO - Fevereiro de 2023 - Levantamento para fazer solicitação de envio para arquivo do MNE				
	Código de Arquivo	Título das pastas / Assuntos	Datas	
	AC.26	AC.26.A - Modelo de acordo bilateral para evitar a dupla tributação dos direitos de autor	1979 - 1985	
	AC.26.A			
	AC.27	AC.27 - Convenção Europeia sobre o reconhecimento académico de qualificação universitária (Conselho da Europa)	1982	
	AC.28			
	AC.33	AC.28 - Convenção europeia sobre a equivalência de períodos de estudos universitários (Conselho da Europa)	1982	
	AC.37	AC.33 - Convenção sobre o ensino técnico e profissional	2001 - 2008	
	AC.38	AC.37 - Convenção sobre a desertificação	2003	
		AC.38 - Acordo relativo ao Instituto Internacional de estudos sobre a Ásia Central	2003	
	ESP.50 DIV	Levantamento da existência de serviços	2009	
		Aquisição da Viatura	2011	
		Residência do Embaixador junto da UNESCO		
	UNIÃO LATINA (1)	Inventaria Residência		
		Congresso União Latina	2007 - 2010	
		Commission des Finances et des Programmes	2011	
		Commission des Finances et des Programmes	2011	
		Conselho Executivo	2009	
		Conselho Executivo	2010	
		Commission des Finances et des Programmes	2010	
		Conselho Executivo	2010	
		Comité Temporaire des Finances	2009	
		24ème CONGRÈS	2009	
	UNIÃO LATINA (2)	União Latina (DIV)	1997 - 2001	
	UNIÃO LATINA (3)	União Latina (DIV)	2010 - 2011	
	UNIÃO LATINA (4)	União Latina (DIV)	2010 - 2011	
Pastas soltas	ESP.3.4	Timor-Leste	2000	
	ESP.3.4	Timor-Leste	2001 - 2002	
	ESP.15.1.43	Proteção das crianças em estado de necessidade, perigo ou sofrimento [conflitos armados, violência, exclusão, etc]	1997 - 2009	
	ESP.34.23	Prémio UNESCO "Maines pour la Paix", Prémio "Presidentes de Municípios para a Paz"	2000 - 2003	
	ESP.20.0.1.C	Portugal na UNESCO (custos, benefícios, etc...)	1991 - 2007	
	ESP.23.1.2	Criação da Comissão Nacional da UNESCO e âmbito de competência	1977 - 1979	
	PTR.5.9 DIV	Comité do Património Mundial (Diversos)	1985 - 2006	
	AC.13	Convenção p/ protecção dos bens culturais em caso de conflito armado	2000 - 2003	
	AC.13.A	Revisão e aplicação da Convenção p/ protecção dos bens culturais em caso de conflito armado	2003 - 2010	
	AC.23	Convenção sobre o direito do mar	2000	
	AC.23.1	Convenção sobre o direito do mar	2001	
	ES.CL.DIV	Estatísticas culturais	1994 - 2010	
	IC.3.10	Encontros de jornalistas dos países de língua portuguesa	1978 - 2008	
	CL.2.9	Estatuto, condição e protecção dos artistas	2003 - 2008	
	CL.2.14	Arte popular, artesanato	2000 - 2006	
	CL.3.2	Cultura popular, tradições/folclore	2000 - 2002	
	CL.3.4	Música tradicional portuguesa	1986	
	CL.3.7	Conselho português de dança	2000 - 2008	
	CL.13.2	A.I.A.P	2001	
	CL.13.2.1	A.I.A.P	2003 - 2006	
	CL.15.3.2	Comité Intergovernamental para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	2007 - 2008	
VERBO ENCICLOPEDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA	20 VOLUMES	VERBO ENCICLOPEDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA - 20 VOLUMES		
LIVROS DIVERSOS		LIVROS DIVERSOS Festas de Povo de Campo Maior - Nomination for inscription on the representative list of the Intangible cultural heritage/humanity / UNESCO 2019		

Anexo 7 – Materiais da projeção do filme "O Ano da Morte de Ricardo Reis" de João Botelho, como parte da comemoração do 100º aniversário do nascimento de José Saramago



Anexo 8 – Relatório da Reunião de informação sobre Cooperação mundial para o ODS 4 e o seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação

Assunto: Reunião de informação sobre Cooperação mundial para o ODS 4 e o seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação

Participámos na passada semana na reunião de informação dedicada à Cooperação mundial para o ODS 4 e o seguimento da Cimeira sobre a Transformação da Educação, presidida pela Sub Diretora Geral para a Educação, Stefania Giannini.

A Sub-DG começou por recordar o apelo reiterado por ocasião do Dia Internacional da Educação (24 de janeiro) para que os Estados-membros mantenham, em 2023, a Educação como prioridade absoluta e a mobilização política com vista ao cumprimento do ODS 4. Embora em 2023 não estejam previstos grandes eventos como os ocorridos em 2022 (pré-Cimeira, na UNESCO, em junho, e Cimeira sobre a Transformação da Educação (TES), em Setembro, em Nova Iorque), será um ano de trabalho árduo sobre a substância e a tradução em ações concretas dos compromissos então assumidos. A UNESCO está a trabalhar no reforço do Mecanismo de Cooperação Mundial (*Global Cooperation Mechanism* - <https://www.sdg4education2030.org>), que reúne os principais atores mundiais em torno da prossecução do ODS 4.

Neste quadro, o Comité Diretor de Alto Nível para o ODS 4 (CDAN - *High Level Steering Committee* for SDG4) assume um papel central enquanto principal facilitador da cooperação mundial e regional a nível político, e responsável por fazer avançar os trabalhos em três áreas fundamentais: políticas; indicadores; e financiamento. A Sub-DG aproveitou para fazer uma breve apresentação das principais decisões adotadas pelo Comité Diretor de Alto Nível na sua reunião de 8 e 9 de dezembro de 2022, cuja síntese se remete pela telecópia anexa.

A Cimeira sobre Transformação da Educação foi, sublinhou, um marco essencial na aceleração do cumprimento do ODS 4. Giannini referiu, a este propósito, a divulgação, pelo SGNU, António Guterres, do Relatório com os principais resultados da Cimeira, que pode ser consultado em: <https://knowledgehub.sdg4education2030.org/report2022> .

Haverá agora que manter o impulso até à Cimeira do Futuro em 2024. Esta será a grande responsabilidade do CDAN, que deverá conduzir a transformação a nível nacional nos cinco pilares entretanto identificados: 1. dos compromissos à ação; 2. assegurar que a Educação é o elemento-chave da Cimeira do Futuro; 3. manter o impulso para a transformação, com um papel chave assumido pela juventude, através da Rede dos jovens para o ODS 4 (<https://www.sdg4education2030.org/sdg4-youth-network>); 4. transformar o financiamento da Educação (com uma possível reunião entre Ministros da Educação e das Finanças a ter lugar já à margem das próximas *Spring Meetings* do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em abril); 5. Monitorizar a implementação das Iniciativas Globais da TES.

Em termos de calendário, a próxima reunião de *sherpas* do CDAN terá lugar (*online*) já no final desta semana (10 de fevereiro), seguindo-se outra no dia 3 de março e uma, presencial, a 31 de maio e 1 de junho. Sensibilizámos já a *sherpa* do Senhor Ministro da Educação para a importância de participar em todas estas reuniões. Estão igualmente previstas reuniões do CDAN ao nível político em setembro, à margem da Cimeira da Educação (*SDG Summit*), em Nova Iorque, e em novembro, em Paris, à margem da Conferência Geral da UNESCO, que este ano se realiza entre os dias 7 e 22).

De referir ainda a realização, em maio, do Fórum Mundial da Educação; em julho, em Nova Iorque, do Fórum Político de Alto Nível; da Cimeira da Educação (*SDG Summit*) e de uma Reunião Ministerial preparatória da Cimeira do Futuro, ambas também em Nova Iorque.

Documentação distribuída e *slides* que serviram de apoio à apresentação da Sub-DG para a Educação seguem por outra via, muito se agradecendo encaminhamento ao Ministério da Educação.